

Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 19

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma vai mostrar como carga é alta, diz Lisboa 3

VALOR ONLINE - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Coca-Cola derruba autuação de R\$ 2 bi no Carf 7

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PF mira joias sauditas de R\$ 18 milhões a Bolsonaro 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Isenção de Bolsonaro a pastores evangélicos entra na mira de Receita e TCU 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Reunião "conclusiva" sobre arcabouço 14

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo define teto do consignado em 1,97% 15

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
SEGURIDADE SOCIAL

Revisão da vida toda volta ao Supremo 17

O GLOBO - ON LINE - RJ
POLÍTICA

Impasse sobre MP amplia divergências entre Lira e Pacheco, e governo estuda plano B para destravar projetos estratégicos 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Por que a indústria precisa da reforma tributária? (Artigo) 20

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Prefeitos apontam perda de R\$ 500 bi com novas despesas 22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tebet afirma que tributária é "salvação da lavoura" 24

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad pede "um pouquinho de desprendimento" 25

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Agência para cobrar tributo divide Estados 26

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

CNA projeta perdas do agro com proposta de reforma tributária 27

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Banco Central reitera, em ata, política de linha dura monetária no país..... 29

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Impostos: Mais da metade dos deputados é a favor de fundir PIS/COFINS, ICMS, entre outros
..... 31

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

'Briga' expõe insatisfação de Lira com 'privilégios' constitucionais do Senado..... 32

VALOR ONLINE - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Arcabouço fiscal alinha Brasil à OCDE..... 33

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Grandes bancos são alvo de operação na França..... 35

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Regra fiscal ajuda, mas anúncio não tem relação direta com juro, afirma BC..... 36

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
ECONOMIA

Indústria defende aumento de até 5,6% em remédios, a partir de abril..... 40

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

BC ainda não vê motivos para reduzir os juros (Editorial)..... 42

Reforma vai mostrar como carga é alta, diz Lisboa



Marcos Lisboa: "Se deixarmos a política de longo prazo ser comprometida pela conjuntura, não vamos sair do lugar; vamos continuar como um país de baixo crescimento"

Alex Ribeiro De São Paulo O economista Marcos Lisboa, afirma que a proposta de **reforma tributária** é neutra do ponto de vista da carga tributária, mas deverá explicitar o alto volume de **impostos** pago pelos contribuintes. "Você pode não gostar da notícia", afirma Lisboa. "Mas o problema já é antigo." Um dos arquitetos da agenda de reformas microeconômicas do primeiro governo Lula, Lisboa diz que a adoção de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) na **reforma tributária** deverá tornar mais transparentes aumentos de **impostos** para ampliar gastos ou equilibrar as contas públicas.

Hoje, segundo ele, o governo usa atalhos, como mudar a regulamentação e a interpretação administrativas sobre a incidência de **impostos**. "A vantagem de ter um IVA é você tornar um debate democrático e transparente", diz Lisboa, que foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. "Quer aumentar a arrecadação? Passa a alíquota de 25% para 28%." Lisboa diz, em entrevista ao Valor, que boa parte das críticas ao IVA vem do desconhecimento das propostas e da experiência internacional, além do receio de alguns segmentos de perderem benefícios. "O que não se percebe é que a soma desses milhares de benefícios é um sistema disfuncional em que você paga muito imposto, de outras formas." O receio de eventuais altas de alguns preços com maior visibilidade, como alimentos, num ambiente de **inflação** ainda muito alta, não deveria impedir a

aprovação da **reforma tributária**. "Se deixarmos a política de longo prazo ser comprometida pela conjuntura, não vamos sair do lugar", afirma Lisboa. "Vamos continuar sendo um país de baixo crescimento." Abaixo, os principais trechos da entrevista.

Valor: O governo está colocando a **reforma tributária** como a grande alavanca do crescimento. Não seria um exagero?

Marcos Lisboa: Essa é uma das reformas essenciais para o Brasil ter crescimento mais normal em comparação com o mundo. O Brasil é um país que empobrece há 40 anos. Desde o Plano Real até o começo da crise na década passada, os países emergentes fora da América Latina - Vietnã, Malásia, Tailândia, Índia, China, Leste Europeu - cresceram 127% no seu **PIB** per capita. Os Estados Unidos cresceram 48%, a OCDE cresceu em torno de 35%. O Brasil cresceu 18%. Crescemos muito menos que os países emergentes e até que os desenvolvidos. O Brasil tem problemas graves que estão levando nossa economia a ficar para trás em relação ao resto do mundo. E o tributário é um deles. É uma reforma de longo prazo. Claro que tem impacto, se aprovada, porque melhora a expectativa sobre a economia, mas tem impacto no longo prazo.

Valor: E por que a **reforma tributária** é tão importante para o crescimento da economia?

Lisboa: Os custos tributários no Brasil chegam a 75% do **PIB**, somando o administrativo e judicial. Só o administrativo representa 15% do **PIB**. Os dados mais recentes para os países da OCDE são de 0,28% do **PIB**. O Brasil é um caso à parte do mundo, mesmo na comparação com a América Latina. É disfuncional. Tem um custo muito óbvio, que eu não acho o principal, de um batalhão de advogados tributaristas e de estruturas para entender como paga, quanto não paga, as provisões no balanço das empresas. E tem uma segunda parte, mais sutil, que é mais importante, que é o que levou grande parte do mundo para o IVA. Por que adotaram o IVA? Olhando o imposto de consumo, o que seria ruim para o país é se induzisse as empresas, simplesmente para pagar menos **impostos**, a escolherem tecnologias piores, modos de organização da produção ou portfólio de produtos mais ineficientes, que contribuem menos para o

crescimento. O que você não quer é que a tributação sobre consumo distorça o que é socialmente ótimo as empresas fazerem. E isso acontece no Brasil. As empresas fazem essas contas. O aspecto tributário é tema de qualquer conselho relevante na empresa. É importante também porque os preços dos bens e serviços são muito distorcidos. Alguns insumos ficam muito mais caros do que deveriam ser, outros ficam muito mais baratos, algumas máquinas ficam muito mais caras.

Tem uma tradição no Estado brasileiro de usara criatividade para arrecadar mais" Valor: Como a **reforma tributária** ajuda a resolver esse problema?

Lisboa: O IVA é um imposto muito simples, que não gera contencioso, concebido 50 anos atrás exatamente para não fazer isso. É um imposto essencialmente sobre o consumo final, que você vai arrecadando um pedacinho desse imposto a cada etapa do processo de produção. Muito fácil. Pega a nota fiscal de tudo que você vendeu, menos a nota fiscal de tudo que você comprou, e paga uma alíquota única. Você pode mostrar que, cobrando desta maneira, é a uma alíquota sob consumo igual para qualquer decisão de consumo. Você não gera essas distorções que eu mencionei. Ele é um imposto no destino, jamais da origem. Não tem muita disputa.

Valor: Esse volume de contenciosos não seria uma coisa cultural brasileira? Vai ser uma lei nova que vai resolver tudo?

Lisboa: Acho que é problema da lei. O Brasil teve uma concepção do sistema tributário que leva a esse contencioso. É muito difícil saber qual imposto pagar, inclusive. No Brasil, tem o chamado crédito produtivo, que é uma invenção à brasileira. Você pode deduzir tudo o que entrou diretamente na produção. Mas o que entrou diretamente na produção? Aí começa a controvérsia. O marketing é parte do negócio ou não? Vai gerando um contencioso gigantesco. Um segundo aspecto: você tributa por tipo de produto, o que não é o normal do resto do mundo. O imposto de consumo é o imposto sobre a decisão de consumir. No Brasil, você faz sobre o tipo de produto. Definir um tipo de produto é muito mais complicado do que parece. O banquinho é um banquinho ou uma mesa de cabeceira? A barra de cereal com chocolate é barra de cereal ou é chocolate? Com essa complexidade, gera essas imensas disputas contenciosas. A jurisprudência no Brasil é muito fluida. O tribunal administrativo [o **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, Carf**], ainda mais com o voto de qualidade da Receita, vai mudando a interpretação da norma. O IVA é um imposto exatamente desenhado para não ter os problemas que temos hoje.

Valor: O Brasil discute a **reforma tributária** há décadas. Há agora um ambiente político diferente para aprová-la?

Lisboa: Primeiro, tem muito desconhecimento. Não temos o hábito de discutir política pública fazendo comparações com as melhores práticas dos demais países e com base nos estudos com microdados. Tem muito desconhecimento sobre o que é o IVA. Existem muitos trabalhos aplicados sobre IVA, são 50 anos de discussão, de melhorias, de aperfeiçoamentos nos demais países. No começo da implantação do IVA, alguns países adotaram algumas exceções. Agora, cada vez menos tem exceções no IVA. Alguns países não têm exceção, é alíquota única para todo mundo. Há alguns casos um pouco mais difíceis, como construção civil. Mas o que eu vejo é que existe muito desconhecimento, inclusive no setor privado, sobre o que é um IVA. E aí tem um uma reação muito grande.

Valor: O que motiva essas reações?

Lisboa: Uma característica do Brasil, da nossa disfuncionalidade, é que o Estado concede uma multiplicidade de pequenos benefícios em diversas áreas. Você paga um pouco menos de IPI, você não paga PIS/Cofins. Cada um tem uma alíquota diferente, uma regrinha especial, que adiciona a essa complexidade, a essas brigas todas. Na hora que você vai fazer uma reforma como essa, que vai criar um padrão único igual para todo mundo, republicano, que é mais eficiente, cada grupo levanta e fala: "Veja bem, e o meu benefício?". O que não se percebe é que a soma desses milhares de benefícios é um sistema disfuncional em que você paga muito imposto, de outras formas. Muitas vezes o imposto está escondido no preço do que você compra. Você fica num dilema dos prisioneiros, em que todo mundo prefere perder.

Valor: Como proposta de reforma vai resolver esse impasse?

Lisboa: A reforma imaginada pelo Bernard [Appy] e pela Vanessa [Canado] é muito inteligente. Para ajudar a reduzir esse receio, é progressiva, tem um período de experiência. Você vai ajustando, ano após ano. Exatamente para tirar esse receio do que vem de quem prefere não mudar.

Valor: Essa reforma está madura para ser aprovada? No caso da Previdência, a reforma só foi aprovada quando havia um maior consenso entre quem perdeu direitos.

Lisboa: Acho que a Previdência demorou tempo demais. O Brasil pagou um preço alto ao demorar tanto para fazer uma reforma que o resto do mundo fez no fim dos anos 1990, começo dos anos 2000. Não

será sem custo ter demorado tanto. Sobre a **reforma tributária**, vejo que a avaliação do setor privado avançou, mas ainda tem essa combinação de desconhecimento e receio. E tem as propostas dessa nossa criatividade destruidora típica no Brasil, como algum imposto sobre movimentação financeira. Ou dizer que serviço não pode pagar com os outros. Vem do desconhecimento.

Valor: Mas não vai ter uma mais taxaço sobre os serviços?

Lisboa: Os serviços para a indústria, com a reforma, vão passar a gerar crédito. Os serviços vão custar muito menos para a indústria. O que vai pagar mas são os serviços para o consumo. Segundo, afirma-se que as cidades vão perder. A imensa maioria das cidades vai se beneficiar. Algumas poucas cidades, grandes e mais ricas, sim. A maioria dos Estados pobres vai se beneficiar. Dizem que os pobres vão pagar mais, não é verdade, as estimativas não indicam isso. Não indicam que essa reforma é regressiva. Ela vai explicitar o tributo alto que já se paga no consumo, que é disfarçado. No Brasil, tem um pecado original, que é a maneira como o sistema foi desenhado lá atrás e abre espaço para essas disfuncionalidades. Tem a captura por pequenos grupos de interesse, mas também tem a maneira como o Estado brasileiro aumenta a arrecadação. Não é uma maneira clara. Em geral, vai aumentando por meio de atalhos. Cria uma nova interpretação. Diz, veja bem, o fundo de pensão tem que pagar, sim. E você não sabia que tinha que pagar de outra maneira o que estava pagando. Vai criando **impostos** regulatórios que, na prática, são arrecadatórios, como o IOF. Tem uma tradição no Estado brasileiro de usar a criatividade para arrecadar mais. Isso compõe também o quadro dessa complexidade do sistema tributário brasileiro. E do contencioso que as firmas carregam em seus balanços que você não vê em outros países.

Se em vez de desonerar a cesta básica eu cobro tributo e repasso dinheiro ao Bolsa Família, a desigualdade cai 12 vezes" Valor: O governo está contando com a arrecadação para melhorar o resultado fiscal. Esse ambiente é adequado para uma **reforma tributária**?

Lisboa: Essa reforma da PEC 45 quer manter a carga tributária no nível que está hoje. Ela vai explicitar o que a gente já paga, e você pode não gostar da notícia. Mas o problema já é antigo. A ideia é não ter aumento, e há uma série de mecanismos para evitar que tenha aumento. Essa maneira tradicional que foi feito o aumento da arrecadação no Brasil, sem um olhar os princípios básicos do regime tributário, criando interpretações mudando a jurisprudência, é muito disfuncional para o país. Você pega o histórico

de decisões do **Carf**, como eles vão mudando ao longo do tempo. Coisas que eram pacíficas deixam de ser. Contribui para esse quadro caótico do sistema tributário nosso. A vantagem de ter um IVA é você torna um debate democrático e transparente. Quer aumentar a arrecadação? Passa a alíquota de 25% para 28%.

Valor: Como ficam as isenções que são voltadas para proteger os mais pobres, como no caso dos preços dos alimentos?

Lisboa: É muito mais eficaz fazer política pública via gasto público do que por meio de regras de tributação sobre consumo. Desonerar a cesta básica é meio caótico. O que é a cesta básica? Peixe entra? Entra. E salmão? Salmão é peixe, mesmo que seja um salmão sofisticado. É a velha questão de tentar definir por produto. E a desoneração vai para o rico e para o pobre. O Ministério da Fazenda fez um trabalho em que fez o contrafactual: o que acontece se, em vez de desonerar a cesta básica, eu cobro **tributos** da cesta básica e transfiro o dinheiro que arrecado para o Bolsa Família. A desigualdade cai 12 vezes mais. Você consegue focalizar muito melhor os recursos. É como o Bolsa Família, é muito melhor, você transfere direto o dinheiro para as famílias mais pobres e elas decidem como alocar.

Valor: Hoje os bancos centrais no Brasil e no mundo estão lutando contra uma **inflação** muito alta. Mexer com a tributação de serviços, alimentos não cria mais um constrangimento num período já complicado?

Lisboa: Se deixarmos a política de longo prazo ser comprometida pela conjuntura, não vamos sair do lugar. Vamos continuar sendo um país de baixo crescimento. Lembro que, quando fazíamos as reformas do crédito, em 2003, com consignado, mudança na alienação fiduciária de automóveis, patrimônio de afetação, lei de falências, tinha esse debate. Diziam que estávamos numa fase de aumentar juros, no Banco Central, e essa agenda de reformas reduzia os juros. Mas a gente dizia que essa redução é um ganho de eficiência para a economia. O banco não perdeu, o cliente ganhou porque está pagando juros mais baratos, o crédito cresceu. Esse é um ganho permanente para o país. O país está melhor. Outra coisa é a gestão da política monetária de curto prazo para controlar a **inflação**. Você vai calibrar a política monetária adequadamente.

Valor: Um dos argumentos do setor de serviços é que são intensivos de mão de obra, e a taxaço no trabalho já é muito alta. Faz sentido esse argumento?

Lisboa: Uma coisa é a tributação sobre o consumo. Se for uniforme, é melhor para o país. Uma outra

discussão, que é diferente dessa, é que o Brasil tem alíquotas altas sobre o trabalhador formal com carteira assinada. Será que é o caso de mudar isso? Tem propostas muito antigas, de 20 anos atrás, como tirar a contribuição do **INSS** sobre o primeiro salário mínimo de todo mundo. Óbvio que quem tem um salário muito alto vai pagar mais. Vai induzir formalização.

Valor: O presidente Lula tem falado em colocar o pobre no Orçamento e o rico no Imposto de Renda. Esse seria o caminho?

Lisboa: O problema é que, na hora de implementar isso, as pessoas repetem vários erros e velhos preconceitos. Entrando no Imposto de Renda, o ideal é combinar os princípios. Famílias parecidas com o mesma renda deveriam pagar o mesmo imposto. Famílias mais ricas deveriam pagar mais imposto. O problema no Brasil é que a gente gosta do atalho. Em vez de analisar a renda das pessoas individualmente e tributar conforme a sua renda, inventamos esse mecanismo muito forte, numa escala muito maior, de tributar por tipo de empresa. Assumimos, meio implicitamente, que a empresa grande tem acionista grande, e empresa pequena tem acionista pequeno. O que não é verdade. Por exemplo, fundos de pensão, que pagam as aposentadorias, com frequência estão investindo em empresas de capital aberto. É uma classe média que recebe aquela renda. O ideal seria você, primeiro, reduzir a tributação do lucro real na pessoa jurídica. É mais um mito do Brasil, de que lucros dividendos não pagam **impostos**. Dividendo é o lucro distribuído, que já pagou o imposto. A Receita prefere cobrar tudo da pessoa jurídica. Só que eu não sei, pelo tamanho da empresa, se o sócio é rico ou não.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Reforma vai mostrar como carga é alta, diz Lisboa

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187505>

Coca-Cola derruba autuação de R\$ 2 bi no Carf

Por Adriana Aguiar - De São Paulo

A Coca-Cola Indústrias venceu uma disputa de R\$ 2 bilhões no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. A Câmara Superior, última instância do órgão, não aceitou recurso apresentado pela Fazenda Nacional e manteve decisão favorável à fabricante.

Os conselheiros da 3ª Turma seguiram voto da relatora, Tatiana Midori Migiyama. Ela entendeu que o caso envolvia provas fáticas e o paradigma apresentado não teria a abrangência da decisão atacada.

Ficou mantida a decisão da 2ª Turma da 4ª Câmara da 1ª Seção que cancelou cobrança de **tributos** sobre empréstimos concedidos a coligadas. A decisão, tomada em outubro de 2019, foi unânime (processo nº 10872.720078/2015-23).

Na autuação, a **Receita Federal** cobrava Imposto de Renda (IRPJ), CSLL, PIS e Cofins dos anos de 2010 a 2012, com multa de ofício de 75%, por omissão de receitas. A fiscalização considerou juridicamente inválidos contratos de abertura de crédito firmado entre a empresa e suas coligadas. A documentação não teria sido registrada em cartório e não haveria, nos contratos, previsão de multa e juros, entre outros.

A companhia foi autuada com base no artigo 281 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR). A norma tenta evitar que as empresas registrem passivo fictício e escondam valores que seriam tributados.

No julgamento de 2019, a Coca-Cola alegou que os valores eram de empréstimos feitos a coligadas (intercompany) e que ficaram demonstrados. E acrescentou que os contratos firmados seriam lícitos. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não apresentou defesa oral na sessão.

Relator do caso, o então conselheiro Caio Quintella, representante dos contribuintes, acatou a argumentação da Coca-Cola. De acordo com ele, os contratos foram firmados com coligadas e só foram fiscalizados 25 anos depois de a companhia iniciar a prática. Por isso, disse, seria compreensível não localizar a documentação original e mesmo alguns aditamentos que, ao longo dos anos, acrescentaram mudanças nos contratos.

Para o relator, a fiscalização não trouxe elementos suficientes para comprovar a hipótese do artigo 281 do Regulamento do Imposto de Renda. O seu entendimento foi seguido à unanimidade pelos demais conselheiros da turma.

De acordo com o advogado Diego Miguita, do escritório VBSO Advogados, é bastante comum a Câmara Superior não aceitar recurso da Fazenda em casos que envolvem análise de provas, o que é vedado. A decisão de 2019, afirma, foi perfeita porque o passivo fiscal não tinha exigibilidade comprovada.

"Essas operações não precisam ser registradas em cartório. O contrato de mútuo, do ponto de vista civil, é informal e não há necessidade nem de contrato escrito, a não ser que tenham partes não relacionadas, como um banco, um correntista, um amigo. É comum ter uma empresa centralizadora de caixa que deixa uma linha aberta para as outras empresas, quando precisam de recurso, sem muita burocracia", diz.

Nesses casos, segundo Miguita, o **Carf** analisa se existem provas sobre a origem do dinheiro para verificar, por exemplo, se não houve venda de produtos sem nota fiscal e inclusão desses valores no caixa, a chamada omissão de receitas. No caso da Coca-Cola, afirma, os conselheiros entenderam que havia provas de que a origem seria lícita.

Leandro Cabral, sócio do Vellozo Advogados, lembra que a decisão de 2019 foi unânime. "E em uma turma que não é uma turma fácil. Isso demonstra a convicção dos julgadores e o ponto principal foram mesmo as provas", diz. E justamente por causa das provas, acrescenta, não caberia mesmo revisão pela Câmara Superior, além de ser difícil para a Fazenda obter um paradigma semelhante.

Procurada pelo Valor, a PGFN informa, por nota, que "quando a apreciação das provas é determinante para a decisão adotada pelos julgadores, fica bastante restrita a possibilidade de caracterização de divergência para fins de apreciação de recursos especiais na Câmara Superior de Recursos Fiscais". Por essa razão, afirma, "consideramos normal o entendimento da 3ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais ao não conhecer o recurso especial interposto pela Procuradoria-Geral da Fazenda

Nacional".

Procurados pelo Valor, o advogado da Coca-Cola e a companhia preferiram não se manifestar.

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Coca-Cola derruba autuação de R\$ 2 bi no Carf

Site:

<https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2023/03/29/coca-cola-derruba-autuacao-de-r-2-bi-no-carf.ghtml>

PF mira joias sauditas de R\$ 18 milhões a Bolsonaro



Leva de presentes. Bolsonaro durante evento em sua temporada nos EUA: ex-presidente recebeu joias sauditas



Terceiro conjunto. Relógio e estojo de joias entregues a Bolsonaro

BELA MEGALE, ALICE CRAVO, BRUNO GÓES E PAOLLA SERRA política@oglobo.com.br BRASÍLIA

A Polícia Federal deve abrir uma nova investigação que tem como foco a relação entre Jair Bolsonaro, o regime da Arábia Saudita e o possível crime de corrupção. Como revelou ontem o jornal O Estado de S. Paulo, o ex-presidente recebeu um terceiro conjunto de joias - ao todo, os presentes sauditas que vieram à tona estão avaliados em cerca de R\$ 18 milhões.

Os investigadores já receberam as informações sobre este novo pacote, entregue em 2019, assim como toda a lista de presentes recebidos no período em que ele ocupou a Presidência. O foco da PF em uma nova investigação seria a motivação da entrega de presentes de valores tão elevados ao ex-presidente pela Arábia Saudita.

Quando a primeira leva foi revelada, embaixadores ouvidos pelo GLOBO já haviam relatado estranhamento com o montante, que aumentou com os presentes noticiados ontem. A Comissão de Ética da Presidência da República também abriu uma

investigação para apurar a participação de **servidores públicos** no caso.

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) informou que pedirá à Corte que determine a devolução destes itens.

O mais novo conjunto de peças está avaliado em cerca de R\$ 560 mil. Há um relógio Rolex, de ouro branco, cravejado de diamantes, e uma caneta da marca Chopard prateada, com pedras incrustadas. O regime saudita também entregou a Bolsonaro um par de abotoaduras em ouro branco ornadas com um brilhante no centro e rodeadas por diamantes; um anel em ouro branco com diamantes com corte longo e retangular, chamado no exterior de "baguette"; e uma "masbaha" (um tipo de rosário árabe) de ouro branco com pingentes cravejados em brilhantes.

O ex-mandatário levou consigo a caixa com itens de luxo no fim do ano passado, quando deixou o cargo, e as incorporou ao seu acervo pessoal, segundo o jornal.

As peças teriam sido entregues em mãos para Bolsonaro.

O ex-presidente, de acordo com o jornal, foi apresentado durante viagem oficial a Riad, na Arábia Saudita, entre os dias 28 e 30 de outubro de 2019. Na ocasião, ele participou de um almoço oferecido pelo rei saudita Salman Bin Abdulaziz Al Saud.

Bolsonaro teria voltado com o conjunto de joias para o Brasil. No dia 8 de novembro de 2019, o Gabinete Adjunto de Documentação Histórica da Presidência incorporou os itens a seu acervo privado, por ordem do ex-presidente.

De acordo com o jornal, as peças que compõem a caixa de joias foram especificadas, um a um, no formulário de encaminhamento de presentes para o titular do Palácio do Planalto. Nele, há um campo para incluir a informação se "houve intermediário no trâmite". A resposta que consta no documento é "não".

Em 6 de junho do ano passado, Bolsonaro solicitou que o conjunto de joias ficasse com ele. Por determinação do ex-presidente, dois dias depois os itens foram encaminhados para seu gabinete. Nesta

data, os registros oficiais informam que as peças de luxo estavam "sob a guarda do Presidente da República".

Também de acordo com O Estado de S. Paulo, Bolsonaro usou um imóvel do ex-piloto Nelson Piquet, seu apoiador, para guardar, depois do mandato, presentes que recebeu na Presidência, a exemplo das joias. Piquet não foi localizado pelo GLOBO para comentar.

Após a divulgação do caso, a defesa de Bolsonaro informou que o terceiro conjunto de joias está à disposição para "apresentação e depósito".

Em nota, os advogados Paulo Amado da Cunha Bueno e Daniel Bettamio Tesser afirmaram que os bens foram devidamente registrados, catalogados e incluídos no acervo da Presidência da República.

"Todo o acervo de presentes recebidos pelo ex-presidente, em função do relevante cargo que exercia, será submetido a auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), assim como ocorreu com os mandatários anteriores", diz o **comunicado**.

Na semana passada, Bolsonaro entregou, por determinação do Tribunal de Contas da União, outro conjunto com relógio avaliado em cerca de R\$ 1 milhão. O ex-presidente tentou reaver também um conjunto de R\$ 16,5 milhões, com colar, brincos e outras peças de diamantes, que foi retido pela **Receita Federal** -as peças teriam como destinatária a ex-primeira- dama Michelle Bolsonaro.

Na ocasião, os presentes foram trazidos, sem declaração, pela comitiva do ex-ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque, ao retornar Arábia Saudita. Um fuzil e uma pistola, dados de presente pelos Emirados Árabes Unidos, foram entregues à Polícia Federal.

NÃO É "PERSONALÍSSIMO" O TCU estipulou que presentes de caráter "personalíssimo" ao presidente da República excluem aqueles de valor elevado, caso das joias. Camisas, por exemplo, se encaixam.

Hoje, a PF já apura a entrada irregular das joias e a tentativa de Bolsonaro de reaver o jogo de diamantes - nesta investigação, a tendência é que Bolsonaro seja indiciado por peculato. Delegados da corporação avaliam, porém, que é necessária a instauração de uma nova apuração para focar no possível crime de corrupção sobre a relação do ex-presidente com o regime saudita. Esse inquérito só deve ser instaurado após a conclusão do primeiro.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Isenção de Bolsonaro a pastores evangélicos entra na mira de Receita e TCU



O então presidente Bolsonaro participa de culto com pastores evangélicos na Câmara
Pedro Ladeira - 3.ago.22/Folhapress

Fabio Serapião e Ranier Bragon Brasília

A isenção tributária a pastores evangélicos publicada pela **Receita Federal** às vésperas da campanha eleitoral de 2022, durante o governo Jair Bolsonaro (PL), está passando por reavaliação interna do Fisco sob suspeita de ter ocorrido de forma atípica.

O ADI (Ato Declaratório Interpretativo) nº 1, de 29 de julho de 2022, ampliou o alcance da isenção previdenciária a pastores -forte núcleo de apoio a Bolsonaro, então candidato à reeleição- e também é investigada pelo TCU (Tribunal de Contas da União).

Após a posse de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), esse ato declaratório foi considerado atípico por integrantes do Fisco. Ao fim na nova análise no órgão, a normativa poderá ser total ou parcialmente revista.

Um dos pontos detectados, segundo envolvidos na análise, é que a edição do ato não passou pela avaliação técnica da subsecretaria de tributação da Receita.

O ADI foi assinado por Julio Cesar Vieira Gomes, então chefe do Fisco. Hoje ele também está na mira da investigação sobre a tentativa de Bolsonaro em reaver joias presenteadas pela Arábia Saudita e apreendidas no aeroporto de Guarulhos (SP).

Julio Cesar nega ter havido atipicidade no ato e diz que todas as normas da sua gestão foram regulares e seguiram a tramitação devida.

A Receita enviou as informações sobre o caso ao TCU em fevereiro. O tribunal abrirá já em 2022 procedimento para investigar possíveis irregularidades na edição do ADI e solicitou informações ao Fisco.

No último dia 17 de março, a Secretaria de Controle Ex-temo de Contas Públicas do TCU pediu informações complementares à Receita e que esclareça se o ato não exorbitou o poder do órgão de regulamentação, tendo em vista que a "isenção tributária deve ser interpretada de forma literal, nos termos do Código Tributário Nacional".

Bolsonaro citou o ADI do Fisco em seu primeiro ato da campanha de reeleição, em 16 de agosto, em um encontro com lideranças religiosas em Juiz de Fora (MG).

Na ocasião, ele abriu seu discurso respondendo a um pedido de solução para as cobranças da Receita. "A reivindicação já foi aceita, [o ato] está publicado no Diário Oficial da União", disse, acrescentando que a medida só não estava sendo cumprida ainda por "perseguição" aos pastores.

Por trás do ato está a chamada prebenda, remuneração recebida pelos pastores e líderes religiosos por serviços prestados às igrejas.

A lei isenta a prebenda do recolhimento de contribuição previdenciária se tiver relação com a atividade religiosa e não dependa da natureza ou quantidade de trabalho.

A Receita, porém, detectou nos últimos anos que algumas igrejas usavam a prebenda para driblar a fiscalização e distribuir uma espécie de participação nos lucros aos pastores que reuniam os maiores grupos de fiéis (beneficiando lideranças de templos em grandes cidades ou bairros, por exemplo) ou as maiores arrecadações de dízimo.

O Fisco aplicou multas milionárias e exigiu o pagamento da alíquota previdenciária de 20% sobre os valores pagos a pastores, dirigentes e lideranças religiosas. O entendimento dos auditores era que a

isenção não se aplicava a mecanismos de remuneração variável.

A partir daí, a busca pelo perdão tributário e pela flexibilização das regras virou pauta prioritária da bancada evangélica no Congresso.

Em 2015, no governo Dilma Rousseff (PT), uma primeira lei estipulou que valores diferenciados, pagos em dinheiro ou como ajuda de custo de moradia, transporte e formação educacional também seriam isentos de tributação.

O Fisco reagiu exigindo recibos desses gastos e multou quem não conseguiu comprovar a natureza das despesas. Adotou também o entendimento de que a nova lei não retroagia, ou seja, as multas expedidas antes de sua publicação continuavam valendo.

Em 2020, Bolsonaro sancionou uma lei que previa expressamente a retroatividade da isenção previdenciária mais ampla sobre a prebenda. A intenção era anistiar as multas que ainda pairavam sobre pastores aliados.

Mas a controvérsia no âmbito da fiscalização continuou, já que, segundo integrantes do governo, os auditores não viram nenhuma mudança no alcance das isenções.

Em setembro de 2021, por exemplo, uma solução de consulta publicada pela Coordenação-Geral de Tributação afirmou que, caso o pagamento pela instituição se dê com características inerentes a remuneração por serviços prestados pelo ministro de confissão religiosa, o valor recebido deveria ser considerado na base de cálculo da contribuição previdenciária.

O mesmo entendimento valeria para valores pagos "de forma excedente ao necessário para fins de subsistência da pessoa".

A manutenção das multas chegou a ser classificada por Bolsonaro como perseguição aos evangélicos. Nesse contexto surgiu o ADI assinado pelo então secretário da Receita.

O ato diz que o pagamento de valores diferenciados, no montante ou na forma, "não caracteriza esses valores como remuneração sujeita à contribuição". O texto cita como fatores de diferenciação "antiguidade na instituição, grau de instrução, irredutibilidade dos valores, número de dependentes, posição hierárquica e local do domicílio".

A norma também diz que só será considerada remuneração tributável a parcela paga em condições

"comprovadamente" relacionadas à natureza e à quantidade do trabalho executado. Por ser assinado pelo secretário especial, o documento se sobrepõe a qualquer solução de consulta divergente sobre o tema.

Na época, o Sindifisco Nacional (Sindicato dos Auditores Fiscais da **Receita Federal**) disse que a medida extrapolava a competência da Receita para atos normativos.

"Ao reduzir as condicionantes para o que se considera remuneração para fins de incidência previdenciária, a **Receita Federal** faz com que mais remunerações se considerem isentas. Uma ação que prejudica tanto a arrecadação presente quanto créditos tributários já constituídos e produz efeitos danosos nas contas da **seguridade social**", afirmou.

No ano passado, a lista pública de devedores inscritos na Dívida Ativa da União apontava as entidades religiosas com débito de R\$ 1 bilhão, dos quais R\$ 951 milhões relacionados à Previdência.

OUTRO LADO

Secretário diz que atos seguiram as regras vigentes

Julio Cesar Vieira Gomes, secretário da Receita de dezembro de 2021 a dezembro de 2022, afirmou em nota que todos os atos normativos adotados em sua gestão seguiram as regras, com tramitação regular nos órgãos internos.

"O procedimento [...] sempre observou as regras vigentes, com tramitação regular pelos órgãos técnicos competentes", afirmou.

No ano passado, em nota, a Receita afirmou que o ADI só consolidava "num único documento o entendimento já vigente sobre essa matéria, que já estava veiculado em lei e diversos diplomas jurídicos, como Soluções de Consultas e Pareceres", e que a diversidade de documentos gerava divergências internas.

A nota disse que a consolidação "permitiu otimizar a publicidade, tanto para os auditores fiscais quanto para os contribuintes, trazendo ganhos de segurança jurídica, redução de litígios e de conformidade." A Folha não conseguiu contato com Jair Bolsonaro. O Ministério da Fazenda não se manifestou.

"Ao reduzir as condicionantes para o que se considera remuneração para fins de incidência previdenciária, a **Receita Federal** faz com que mais remunerações se considerem isentas. Uma ação que prejudica tanto a arrecadação presente quanto créditos tributários já constituídos e produz efeitos danosos nas contas da

seguridade social" Sindifisco Nacional questionando o ato de julho de 2022 que ampliou a isenção tributária para pastores

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50230>

Reunião "conclusiva" sobre arcabouço

ROSANA HESSEL

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e sua equipe trabalham com a expectativa de que o novo arcabouço fiscal, que substituirá a regra do teto de gastos, será anunciado ainda nesta semana. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) havia adiado o anúncio para abril, após a visita oficial à China. Mas como a viagem foi adiada, a expectativa é de que o chefe do governo bata o martelo em uma reunião nesta quarta-feira.

Haddad informou, ontem, que prevê uma reunião "conclusiva" sobre o novo arcabouço fiscal, entre o presidente Lula e os ministros que integram a Junta de Execução Orçamentária (JEO). "Ele vai me informar hoje à noite o horário da reunião. Mas é uma reunião conclusiva [sobre arcabouço fiscal]", disse Haddad, a jornalistas, ao retornar de uma reunião no Palácio da Alvorada com o chefe do Executivo, após o horário do almoço. Na ocasião, ele adiantou um pacote de medidas de crédito que será anunciado em abril, com revisão nas regras do rotativo do consignado e mudança no limite do comprometimento da renda das famílias.

Mais tarde, em um evento com prefeitos, Haddad reforçou estar confiante de que o arcabouço fiscal será anunciado em breve. "Não tenho a menor dúvida de que a **reforma tributária** é um dos caminhos necessários para isso (crescimento econômico). Não é único. Precisamos de reforma no sistema de crédito, arcabouço fiscal, que vai ser apresentado nesta semana para o público e para o Congresso", disse durante a XXIV Marcha dos Prefeitos.

A equipe econômica ainda trabalha com 15 de abril como data limite para o envio do texto ao Congresso Nacional, a mesma prevista para o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024.

O ministro contou que o arcabouço fiscal foi um dos temas da reunião de ontem com o presidente. Mas, como o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, se ausentou do encontro por motivo de gripe, a decisão ficou para hoje, entre o presidente e a JEO. Além dos titulares da Fazenda e da Casa Civil, a Junta é integrada pelas ministras do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, e pela ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck.

O segundo tema da reunião com Lula foi o empréstimo consignado a aposentados. (Leia mais abaixo).

Haddad voltou a falar em mudanças gerais nas regras dos empréstimos consignados, principalmente o rotativo. Ele adiantou também que deverá haver uma revisão no limite de comprometimento da renda das famílias nos empréstimos, que foi ampliado de 30% para 45%, em julho do ano passado para aposentados do **INSS**, e em dezembro para os servidores.

"O presidente foi informado de que a Fazenda e a Casa Civil já estão trabalhando na questão do rotativo do consignado para apresentar [a nova regra] no mês de abril", afirmou. (RH)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/03/29/all.pdf>

Governo define teto do consignado em 1,97%

PDT/DIVULGAÇÃO - 8/9/21



O ministro da Previdência, Carlos Lupi, disse ter levantado a discussão ao baixar o teto do juro no início do mês sem consultar o Planalto

Danielle Brant, Nathalia Garcia e Renato Machado

Duas semanas após reduzir o teto do juro do consignado do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) de 2,14% para 1,70% ao mês, o Conselho Nacional da **Previdência Social** (CNPS) decidiu, ontem, em reunião extraordinária, elevar o limite da taxa com desconto em folha para 1,97% ao mês. A medida busca resolver o impasse que fez bancos públicos e privados suspenderem a concessão da linha de crédito a aposentados e pensionistas. A decisão de revisar a taxa foi aprovada com 11 votos favoráveis de membros do governo, aposentados e trabalhadores, três abstenções (empregadores, representados por organizações formadas por bancos), e um voto contrário do Sindicato Nacional de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi), que defendia 1,90%.

Poucas horas após o CNPS fixar o teto do juro do consignado para aposentados do **INSS** em 1,97% ao mês, grandes bancos anunciaram que vão voltar a oferecer essa modalidade de crédito. Caixa, Santander, Bradesco e Banco do Brasil informaram que vão retomar a modalidade imediatamente ou assim que a nova norma sair no Diário Oficial. O Itaú disse ainda avaliar a retomada da oferta. Os bancos haviam suspenso a oferta após o CNPS aprovar no último dia 13 um teto de 1,70% para o juro mensal da modalidade. A avaliação do setor era de que o teto era insuficiente para remunerar adequadamente os bancos.

"O Bradesco informa que volta a operar normalmente a linha de crédito consignado do **INSS** a partir de amanhã (hoje)", informou o banco em **comunicado**. Segundo a assessoria, o Bradesco vai operar com a taxa definida pelo governo. "O Banco do Brasil informa que vai voltar a operar, imediatamente, a linha de crédito consignado **INSS**, após as definições divulgadas pelo CNPS", informou o banco. "O BB entende que as novas regras conciliam a remuneração adequada da linha com a oferta de crédito condizente com as necessidades financeiras de seus clientes", acrescentou o banco.

Já a Caixa informou que a retomada da oferta será feita imediatamente após a publicação da instrução normativa no Diário Oficial da União. "A Caixa reforça seu compromisso de se posicionar entre as melhores taxas de mercado, retomando as concessões com a taxa média de 1,87% ao mês, abaixo do teto recomendado." O Santander também vai voltar a oferecer a modalidade de crédito a partir de hoje. Apesar de a postura de rapidamente retomar o empréstimo, os bancos discordaram da nova proposta da taxa na reunião de ontem.

Se um aposentado que recebe um salário mínimo do **INSS** (hoje, R\$ 1.302) pegar R\$ 1.000 emprestados em consignado por 1,97% ao mês, por exemplo, vai pagar 84 parcelas de R\$ 24,45. Pela taxa anterior, de 1,70%, cada prestação neste exemplo seria de R\$ 22,45. Os cálculos foram feitos pela Associação Nacional de Executivos (Anefac). O colegiado ainda limitou a taxa para o cartão de crédito consignado em até 2,89% ao mês - acima do patamar de 2,62% estabelecido no último encontro do CNPS.

A proposta do governo havia sido definida poucas horas antes pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em encontro no Palácio da Alvorada com os ministros da Previdência, Carlos Lupi, da Fazenda, Fernando Haddad, do Trabalho, Luiz Marinho (Trabalho), e a secretária-executiva da Casa Civil, Miriam Belchior -que representou o ministro Rui Costa, afastado com uma forte gripe. Também esteve presente o secretário-executivo da Fazenda, Gabriel Galípolo.

"Levantamos a discussão sobre algo que estava obscuro e jogamos luz. A partir desse princípio, tivemos várias reuniões com equipes do governo para

definir a taxa", comentou Lupi. A reunião com o presidente foi cercada por informações desencontradas por parte do governo. Depois de ter sido confirmada na noite de segunda-feira, a Casa Civil emitiu nota na manhã de ontem negando que um novo encontro para rediscutir a taxa fosse ocorrer.

De acordo com Haddad, o ministro da Previdência saiu da discussão arbitrada por Lula com orientações do chefe do Executivo para levar o posicionamento do governo para o CNPS. "Levamos tabelas, levamos uma longa explicação sobre o que aconteceu com o crédito consignado desde a última decisão, penso que o ministro (Carlos Lupi) está bem municiado de argumentos para recalibrar a taxa e permitir tanto para o aposentado o acesso a crédito e a garantia de que é um crédito mais barato do que o que vem sendo praticado até agora", disse.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/29/03/2023/p1>

Revisão da vida toda volta ao Supremo

Beatriz Olivon De Brasília

O **INSS** voltou a pedir que o Supremo Tribunal Federal (STF) suspenda todas as ações no país que tratem da "revisão da vida toda".

No pedido, enviado na noite de segunda-feira, a autarquia afirma que não teve como fornecer as informações solicitadas pelo ministro Alexandre de Moraes.

O julgamento da tese foi realizado em dezembro e, em março, Moraes concedeu dez dias para o **INSS** informar de que modo e em que prazos se propõe a dar efetividade à decisão da Corte. Só depois de apresentado o plano, o STF analisaria o pedido para a suspensão dos processos.

Com o julgamento, os ministros autorizaram aposentados que tenham começado a receber seus benefícios nos últimos dez anos a pedir a atualização desses valores, desde que tenham sido afetados pela regra de transição da lei que criou o fator previdenciário, em 1999. O impacto é bilionário.

A decisão de Moraes já era uma resposta a pedido anterior feito pela autarquia. O **INSS** alegava "impossibilidade material" de cumprir a decisão do STF, "que extrapola as suas possibilidades técnicas e operacionais", assim como as da Dataprev.

Em petição enviada ao STF na segunda-feira, o **INSS** reiterou o pedido de suspensão nacional de todos os processos sobre a mesma tese até o trânsito em julgado da ação (quando não cabe mais nenhum recurso). E informou que não conseguiu sistematizar as informações solicitadas por Moraes.

O **INSS**, na petição, alega "dificuldades de assimilação da tese firmada", considerando que existem "diversas questões relacionadas à tese central ou a ela adjacentes que ainda não são de pleno conhecimento, ante a pendência da publicação do acórdão de mérito".

Além disso, a autarquia destaca que há possibilidade de apresentação de recurso (embargos de declaração) para complementação ou esclarecimento de premissas necessárias à compreensão e aplicação do entendimento firmado pelo STF.

Ainda segundo o **INSS**, existiram esforços junto aos órgãos e entidades competentes desde o conhecimento do despacho do relator, mas não teria

sido possível apresentar uma estimativa "incondicionada, segura e qualificada".

"Não se intenciona obstar o cumprimento do precedente qualificado, mas garantir o conhecimento acerca dos corretos termos em que paradigmática reformulação de regras aplicáveis ao cálculo da renda mensal inicial dos benefícios do Regime Geral de **Previdência Social** deveria ser implementada, a partir da clareza acerca de todos os parâmetros jurídicos que tangenciam a revisão da vida toda e precisam ser conhecidos", afirma o **INSS**, na petição.

O Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev), interessado no caso (amicus curiae), protocolou ontem uma manifestação no STF sobre o não cumprimento pelo **INSS** do prazo de 10 dias. O advogado João Badari, que representa a entidade no processo, destaca no pedido que a autarquia não apresentou qualquer cronograma ou plano de pagamento da revisão da vida toda.

Badari ainda indica que, como forma de sistematizar o atraso no pagamento e no cumprimento da determinação do STF, o **INSS** citou em sua petição que 5 milhões de pessoas aguardam uma resposta em seus pedidos, mas o próprio STF informou, em outro processo, que o número é de 1,75 milhão.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187505>

Impasse sobre MP amplia divergências entre Lira e Pacheco, e governo estuda plano B para destravar projetos estratégicos

Por Lauriberto Pompeu

Após mais uma tentativa frustrada de acordo entre os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o Palácio do Planalto articula para que a desavença sobre as regras de tramitação das Medidas Provisórias não prejudique o andamento de projetos estratégicos do governo. Diante do impasse entre os dois, que têm um histórico de falta de sintonia, o Executivo acertou com os representantes das duas Casas que as MPs mais importantes serão apreciadas de acordo com regras que vigoravam até a pandemia de Covid-19. As demais serão reenviadas como projetos de lei, com regime de urgência.

Na lista de medidas provisórias consideradas prioritárias, que deverão avançar pelo rito antigo, passando por comissões mistas, está a que reestrutura o primeiro escalão do governo, criando e extinguindo ministérios. Há ainda a que define as novas regras de programas sociais, como o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida, tratados pelo Planalto como fundamentais para o sucesso do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A estratégia definida pelos aliados do petista foi costurada pelo ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, como revelou a colunista do GLOBO Malu Gaspar, e acertada por líderes do governo e de partidos da base com Pacheco e Lira. O plano se apoia num histórico recente de falta de harmonia entre os presidentes da Câmara e do Senado. A mais recente delas evoluiu para um embate público sobre o melhor formato de tramitação das medidas provisórias.

Pacheco defende a retomada do modelo que vigorava até a pandemia. As MPs começavam a ser analisadas por comissões mistas, formadas pelo mesmo número de deputados e senadores, e depois seguia para os plenários das respectivas Casas.

Na tentativa de dar celeridade à apreciação de propostas durante a pandemia, as MPs começaram a tramitar pela Câmara, sem passar pelos colegiados.

Agora, Lira não aceita a volta da antiga regra. Ele argumenta que, como há 513 deputados e 81 senadores, as comissões mistas devem contar com mais representantes de uma Casa do que da outra. A eventual mudança deverá ser sacramentada com a apresentação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) sobre o assunto.

- A única possibilidade de a Câmara admitir uma comissão mista é obedecendo a proporcionalidade de outras comissões, como a CMO (Comissão Mista do Orçamento), com proporção de três deputados para cada senador. Também podemos estabelecer prazos melhores. Caso não tenhamos acordo, o governo fez um apelo para que três ou quatro medidas emergenciais sigam o rito atual. Caso nada possa ser feito, é a prova de que o Senado não quis fazer acordo - afirmou o presidente da Câmara.

A sugestão de Lira, entretanto, foi rechaçada por Pacheco ontem, dando sobrevida à crise entre os dois parlamentares, que se reuniram para tentar pôr fim ao cabo de guerra. O senador alega que o modelo defendido pelo colega é "desequilibrado" e infringe o regimento interno do Congresso Nacional.

- O que propõe a Câmara é uma exceção das comissões mistas de Medida Provisória. Essa exceção, a princípio, encontra dificuldades em relação não só à realidade praticada até aqui, mas também à força do regimento interno - declarou em entrevista coletiva.

O presidente do Senado argumentou ainda que a sugestão do chefe da Câmara só valeria para as futuras medidas provisórias e defendeu que os textos já editados sigam as regras atuais. Apesar de deixar claro a contrariedade com a proposta, Pacheco afirmou que vai levá-la aos líderes da Casa que ele preside. No fim da tarde, o presidente do Senado foi recebido por Lula para tratar do tema. Depois do encontro, que durou cerca de duas horas, o parlamentar emitiu uma nota oficial em que se limitou a dizer que avisou ao petista que continuará "trabalhando no encaminhamento da busca de um consenso". Também participaram da reunião Padilha e os líderes do governo no Senado, Jaques Wagner

(PT-BA), e no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Embora continuem divergindo sobre o caminho que as MPs devem percorrer no Congresso, Lira e Pacheco concordaram num ponto, também defendido pelo Planalto. Serão estabelecidos prazos para que projetos dessa natureza sejam discutidos nas comissões e pelos plenários das duas Casas. As Medidas Provisórias entram em vigor no ato da publicação, mas precisam ser canceladas pelo Parlamento em até 120 dias para não perderem o efeito. Por isso, o governo teme que alguns dos textos já enviados ao Congresso percam a validade. A MP que reestrutura o primeiro escalão, por exemplo, vale até junho.

A queda de braço da vez engrossa uma lista de desentendimentos entre Pacheco e Lira. Com frequência, a Casa comandada por um não dá seguimento a projetos caros à outra. Na semana passada, a Câmara aprovou a toque de caixa uma proposta que inocenta réus quando houver empate no julgamento, inclusive de ações penais, benefício que hoje só é concedido em análise de habeas corpus em tribunais superiores. A proposta, que tem Lira como entusiasta, não vai avançar no Senado. O mesmo ocorreu com o projeto de lei que flexibiliza as regras de nomeações de políticos para as estatais. Nesse caso, porém, o governo atuou para que a matéria não fosse apreciada no Senado.

Por outro lado, um projeto de lei de autoria do próprio Pacheco, que determina mudanças na Lei do Impeachment, vai encontrar dificuldades para ser aprovado pelos deputados. O texto dá um prazo de 30 dias para que o pedido de afastamento seja analisado. Caso não haja resposta, a solicitação é automaticamente arquivada. A proposta reduz o poder de pressão do presidente da Câmara sobre o Planalto.

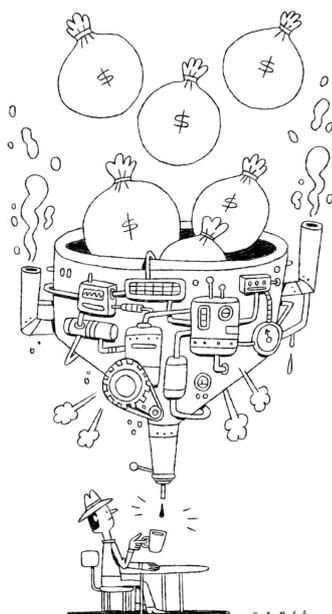
A troca de acusações ocorre desde a legislatura passada. Em 2021, após a Câmara aprovar um texto de **reforma política** prevendo o retorno das coligações em eleições proporcionais, o que favorece a multiplicação de siglas de aluguel, Pacheco chamou a medida de "retrocesso" - este item foi rejeitado pelo Senado. Outra contenda ocorreu durante um projeto que mexia no Imposto de Renda. Lira disse que a Câmara estava "cumprindo o papel" em relação às pautas econômicas e cobrou uma atuação mais firme da Casa vizinha, ao dizer que o Senado precisava "se posicionar também". Pacheco retrucou, afirmando que havia uma série de projetos aprovados no Senado aguardando a análise dos deputados.

- Nem por isso eu digo que a Câmara está deixando de cumprir o seu papel - disse o senador à época.

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/03/impasse-sobre-mp-amplia-divergencias-entre-lira-e-pacheco-e-governo-estuda-plano-b-para-destravar-projetos-estrategicos.ghtml>

Por que a indústria precisa da reforma tributária? (Artigo)



GINO PAULUCCI JR Engenheiro, empresário e presidente do Conselho de Administração da Abimaq

De acordo com um levantamento do Yahoo Finanças sobre os países que mais cobram imposto no mundo, quem lidera o ranking é a Dinamarca, com uma carga tributária que corresponde a 45,2% do Produto Interno Bruto (**PIB**); outro país escandinavo, a Finlândia aparece em segundo lugar com 44%; na sequência estão a Bélgica, com 43,2%, a França com 43% e, fechando o top 5, a Itália com 42,6%. O Brasil ocupa uma posição bem abaixo na lista dos 30 maiores cobradores de **impostos** do mundo, com uma carga tributária média de 33,9%, uma vez que, enquanto a indústria, de acordo com a CNI, tem uma carga tributária de 46,2%, serviços têm 22,1%.

No entanto, ao contrário dos demais, o país tem o menor Índice de Retorno de Bem-Estar à Sociedade (Irbes). Ou seja, é o que menos transforma esses **tributos** em benefício para a população. No Brasil, há diversos **impostos** sobre bens e serviços e todos eles com uma série de problemas, reflexo de legislação extremamente complexa, cumulativa, muitas restrições a créditos, entre outros fatores. Eles trazem como consequência elevados custos de cumprimento de obrigações acessórias, insegurança jurídica, encarecendo os bens, prejudicando investimentos, competitividade, desenvolvimento econômico e bem-estar social.

É indispensável simplificar o atual sistema tributário, reduzindo os custos administrativos, desonerando os investimentos produtivos e as exportações, tornando automática a compensação ou devolução de créditos tributários, eliminando os **impostos** não recuperáveis embutidos nos bens e serviços, eliminando a tributação de insumos industriais, extinguindo regimes especiais e isenções de qualquer espécie, desonerando a folha de pagamento e aumentando o prazo de recolhimento de **impostos** e contribuições.

A discussão em torno de uma **reforma tributária** para mudar o complexo e caro sistema atual ocorre no Brasil há pelo menos três décadas, mas nenhuma proposta conseguiu o apoio conjunto dos setores produtivos e de estados e municípios. No Congresso Nacional, duas propostas assumiram o protagonismo na última legislatura: a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45, em tramitação na Câmara dos Deputados, e a PEC 110, que está no Senado. Ambas as propostas têm como principal objetivo simplificar e racionalizar a tributação sobre a produção e comercialização de bens e a prestação de serviços. Elas também extinguem vários **tributos** e unificam os restantes em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), adotado na maioria dos países desenvolvidos.

A diferença é que, na PEC 45, o IVA seria compartilhado entre União, estados e municípios, enquanto na 110, o IVA seria dual: um para a União e outro para os entes subnacionais. O IVA dual proposto na PEC 110 é um modelo de tributação de padrão mundial, tem o potencial de modernizar e simplificar o atual sistema tributário brasileiro. Prevê cobrança nas diversas etapas do processo de produção e comercialização, em todas garantindo o direito ao crédito correspondente ao imposto pago na etapa anterior. As exportações e os investimentos serão totalmente desonerados e as importações tributadas de forma equivalente à produção nacional.

Promoverá, portanto, redução importante da cumulatividade, tornando o processo transparente, menos oneroso, beneficiando a competitividade das empresas brasileiras nacionais frente aos concorrentes internacionais, acelerando o crescimento do país. Estudos de impacto divulgados indicam aumento do **PIB** potencial do Brasil de 20% em 15 anos em razão, principalmente, do aumento da

produtividade e dos investimentos ao longo do período.

Ademais, ao contrário do que se afirmam, beneficiará inclusive a maior parte do setor de serviços. Cerca de 80% das empresas prestadoras de serviços operam sob o regime Simples Nacional ou MEI, regimes que serão preservados pela PEC e outras muitas prestam serviço para empresas e darão direito a crédito. Atividades essenciais como saúde e educação terão tratamento especial visando preservar o poder de renda das famílias. O país precisa urgentemente da aprovação da **reforma tributária**, não só para corrigir distorções da indústria, mas também promover o crescimento do país com mais justiça social.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/03/29/all.pdf>

Prefeitos apontam perda de R\$ 500 bi com novas despesas



Prefeitos não são contra reforma tributária, diz Paulo Ziulkoski, presidente da CNM

Michelle Portela

Levantamento divulgado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), ontem, aponta que as prefeituras terão de arcar com uma redução de recursos na ordem de R\$ 587 bilhões caso passem a vigorar medidas como a redução de **impostos** federais, o piso nacional da enfermagem e outros desdobramentos julgados no Supremo Tribunal Federal (STF). A divulgação desses dados ocorreu durante a realização da Marcha dos Prefeitos, em Brasília

Entre os motivos para a redução de fundos está a aprovação, no Congresso Nacional, da Lei Complementar 194/2022, com o apoio do governo federal, que reduz a arrecadação do Imposto Sobre Mercadorias e Serviços (ICMS). A mudança limitou a alíquota nos setores de combustíveis, energia elétrica e transportes. A confederação aponta que os municípios perderam cerca de R\$ 10,6 bilhões.

Outros efeitos são decorrentes das mudanças na tabela do Imposto de Renda, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). O piso da enfermagem, cuja implementação está em debate no governo federal, representa um custo de R\$ 10,5 bilhões, informa a CNM. A Marcha dos Prefeitos é organizado pela CNM e leva todos os anos à capital federal as principais reivindicações dos líderes municipais ao governo federal e ao Congresso Nacional. Com o tema "Pacto federativo: um olhar para o futuro", o evento deste ano foca na reformas tributária e na responsabilidade fiscal. Em entrevista coletiva ontem, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, disse que mais de 10 mil gestores

municipais se inscreveram na mobilização deste ano. "A 24ª marcha já se consolida como a maior da história. Fechamos com 10 mil inscritos, e isso mostra que nosso trabalho está tendo respaldo", afirmou.

Ziulkoski se queixou das medidas do governo federal que atingem as contas dos municípios sem apresentar compensação, como a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) incidente nos combustíveis e o piso da enfermagem aprovado pelo Congresso. "Não há dinheiro para isso, por isso digo que a maioria do que se cria às vezes aqui em Brasília é fake. Porque não tem isso na prática, se divulga como um avanço e depois quem tem que executar é o município", declarou o dirigente da CNM. Segundo ele, o governo "não deve inventar coisas novas", mas arrumar o que está atrasado. "Não dá para continuar coisa nova se nós estamos devendo milhões", questionou.

Para o dirigente, a mudança da cobrança do ICMS causou prejuízo de R\$ 21,7 bilhões aos municípios. Ele citou ainda o custo do piso nacional do magistério, estimado em R\$ 50 bilhões. E também as perdas com obras paralisadas, que chegam a R\$ 23,2 bilhões. Nas estimativas da entidade, as ações do governo somam mais de R\$ 500 bilhões de gasto aos municípios por ano.

Uma das reivindicações da marcha, a **reforma tributária** é vista pela CNM como uma maneira de assegurar mais recursos aos municípios e, de acordo com Ziulkoski, só sairá "se tiver decisão dos municípios em participarem dela". O presidente da CNM defendeu mudanças na cobrança de **impostos** entre a origem e o destino do produto e prometeu apresentar detalhes quando a proposta estiver consolidada.

Durante a audiência do grupo de trabalho da **reforma tributária** na semana passada, Ziulkoski disse que os prefeitos não são contra a reforma tributária, desde que não seja feita com perda de arrecadação e de autonomia. "Não é verdade que os prefeitos são contra a **reforma tributária**. Estou falando que no Brasil são os prefeitos que sofrem e sabem onde está o problema", disse.

MINEIROS Centenas de prefeitos mineiros também estão em Brasília participante da Marcha dos

Prefeitos. Eles querem aumento de R\$ 900 milhões no repasse feito pelo governo federal a Minas Gerais. De acordo com a Associação Mineira de Municípios (AMM), o valor representa 1% da arrecadação anual do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). "Estamos pedindo a inclusão deste percentual extra no mês de março para todas as cidades brasileiras", informou o presidente do órgão e prefeito de Coronel Fabriciano, no Vale do Aço, Dr. Marcos Vinicius Bizarro (PSDB).

"A marcha é o momento de mostrarmos a importância do municipalismo. Momento de discutirmos com os que fazem as leis que a vida do cidadão é na cidade, não em Brasília ou no estado. Os nossos maiores problemas começam em Brasília, que cria obrigações, mas sem apontar a fonte", disse a prefeita de Nepomuceno, no Sul de Minas, Iza Menezes. "São programas subvencionados, pisos salariais sem provisão de recursos, enfim, momento de mostrarmos união para tentarmos melhorar o pacto federativo. Pacto esse em que os municípios são responsáveis pela prestação de serviços aos cidadãos mas ficam com os menores recursos", disse ela também ao Estado de Minas, na segunda-feira.

"A marcha é a grande oportunidade de o movimento municipalista ecoar sua voz. O que queremos é um pacto federativo mais justo com os municípios. É nos municípios que vivem os cidadãos, onde realmente as coisas acontecem. E a realidade é inversa. A maior parte dos recursos fica em Brasília, decisões são tomadas sem nos ouvir. Isso que precisamos mudar. E um dos caminhos é o aumento de 1% do FPM que está entre as prioridades do nosso movimento", afirmou o prefeito de Itapeverica, no Centro-Oeste de Minas Gerais, Wirley Reis (Podemos).

Outra pauta que vai ser debatida no encontro é a diminuição da população apresentada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no último levantamento. "A população realmente vem diminuindo e o critério usado hoje para a questão da distribuição do FPM é através disso. Então, a gente tem que ter outro mecanismo para a redistribuição desses recursos para que o impacto não seja tão agudo. Também estamos discutindo um projeto de lei para que estes municípios que foram prejudicados tenham esse impacto diluído durante dez anos", afirmou Bizarro ao EM.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/29/03/2023/p1>

Tebet afirma que tributária é "salvação da lavoura"

**I EDUARDO RODRIGUES e ANTONIO
TEMÓTEO/BRASÍLIA**

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou ontem que a **reforma tributária** é a "única bala de prata" que o governo possui para recuperar o crescimento econômico do País. Em outro momento, falou que será a "salvação da lavoura". As declarações foram feitas durante a 24.ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, organizada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM).

"O Brasil não vai crescer e não vai gerar emprego se não aprovarmos a **reforma tributária**. A **reforma tributária** é a salvação da lavoura, a única bala de prata que temos.

Fiquem tranquilos que nenhum município vai perder na tributária", disse.

Segundo Tebet, a reforma aliviará a carga da indústria, setor que gera os empregos com maior qualidade e renda.

Ela ainda destacou que a proposta terá um fundo para compensar as perdas dos entes da federação e um para o desenvolvimento regional.

A ministra destacou que a criação dos dois fundos foi um pedido dela para o relator da matéria, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que acatou o pleito. Também presente no evento, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que as estimativas de impacto da aprovação da proposta na economia são de pelo menos 10% do **PIB**.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Haddad pede "um pouquinho de desprendimento"

**Matheus Schuch, João Valadares e Guilherme Pimenta
De Brasília**

Com receio de perderem arrecadação na **reforma tributária**, 3 mil prefeitos e vice-prefeitos assistiram nessa terça-feira (28), em Brasília, a discursos enfáticos a favor das mudanças na estrutura dos **impostos**. Na abertura da "marcha em defesa dos municípios", o vice-presidente Geraldo Alckmin classificou o sistema tributário brasileiro como "caótico" e assegurou que a economia poderá crescer a partir da simplificação das regras. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, garantiu que os municípios não serão prejudicados e apelou que haja "um pouquinho de desprendimento" dos prefeitos.

A resistência à reforma é mais evidente entre prefeitos de capitais e grandes cidades, que temem perder recursos com a unificação do ISS com o ICMS.

"Aqui não é guerra federativa, entre Estados, municípios e União", disse Haddad. "Estamos ouvindo de 27 governadores que essa reforma [tributária] é justa".

O ministro classificou a reforma entre "as três ou cinco medidas mais importantes" para o país e anunciou que nesta quarta-feira terá uma reunião conclusiva sobre o arcabouço fiscal, que será apresentado ao Congresso até o fim da semana.

Haddad participou de um debate ao lado da ministra do Planejamento, Simone Tebet, do relator do grupo de trabalho sobre a reforma na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e outros congressistas.

Tebet reforçou que os prefeitos não devem **temer** a unificação do ISS com ICMS. Para ela, sem a mudança no sistema o país manterá as amarras que hoje dificultam a evolução do setor produtivo.

"Esta **reforma tributária** é a única bala de prata que temos", afirmou Tebet. "Embora a reforma mantenha a arrecadação igualitária nos primeiros 20 anos, ela alivia a indústria, faz a indústria ser competitiva. Ela vai gerar emprego, aquecer o comércio", disse a ministra.

Além de promover o crescimento, a simplificação deverá reduzir litígios, disse o vice-presidente.

Alckmin brincou que apenas os advogados tributaristas poderiam ser prejudicados no futuro, já que o sistema será mais simples.

"Essa reforma traz eficiência econômica. O nosso modelo é muito injusto. Arrecada de forma injusta sobre o consumo. Tem municípios que a renda per capita é de quase R\$ 9 mil e outros R\$ 30", avaliou. "Não é possível continuar assim. É preciso dialogar.

Queremos que os municípios arrecadem mais", afirmou o vice-presidente.

Alckmin abriu o discurso dizendo que o diálogo com os municípios é total. "Vamos trabalhar juntos com vocês. Fui prefeito na década de 70, olha quanta conquista aconteceu. Foi na Constituinte de 1988, Lula também era deputado constituinte, que aumentamos a participação dos municípios no ICMS", afirmou.

"Aumentou a base e a participação e quem ganhou com isso foi o povo", disse o vice-presidente.

Na sequência, após tecer elogios sobre as ações sociais do governo no início da gestão, Alckmin citou o aumento no valor do repasse da merenda escolar em 39%, a retomada do Minha Casa, Minha Vida e investimento na área da saúde.

Além do vice-presidente, participaram do encontro o presidente da Câmara, Arthur Lira, o vice-presidente do Senado, Veneziano Vital do Rêgo, e vários ministros do governo.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187505?page=1§ion=1>

Agência para cobrar tributo divide Estados

Um dia antes de todos os secretários estaduais da Fazenda encontrarem o secretário especial do Ministério da Fazenda para a reforma, Bernard Appy, representantes da administração tributária do Pará, Minas Gerais e Bahia divergiram sobre questões envolvendo as propostas de emenda constitucional (PECs) em reunião com a Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE) em Brasília nessa terça-feira.

O secretário da Fazenda do Pará, René de Oliveira e Sousa Júnior, disse que está muito preocupado com a criação de uma "agência nacional" para cobrança e divisão do novo tributo, o que feriria a autonomia dos Estados e município. Ele afirmou que a solução discutida para resolver isso, um sistema eletrônico que calcule e distribua automaticamente os **tributos**, é exequível, mas demoraria anos para ser produzido. "O próprio [secretário especial do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**] Bernard Appy acha que desenvolver um sistema desses levaria pelo menos três anos", disse.

Sousa Júnior também questionou o pagamento de créditos nas operações interestaduais e a definição das alíquotas em cada Estado.

Ele refutou que existia apoio unânime dos governadores à reforma na legislatura passada, embora reconheça que era uma posição da maioria dos Estados, e disse que as divergências devem aumentar a medida em que se discute os detalhes do projeto.

Já o secretário-adjunto de Fazenda de Minas Gerais, Luiz Claudio Gomes, discordou de Júnior e afirmou que o modelo do Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) "só funciona com uma autoridade tributária centralizada". "Não acredito que aja perda de autonomia.

Autonomia significa eu definir qual alíquota, eu ter capacidade de cobrar, eu ter capacidade de fiscalizar. Autonomia não é uma questão", afirmou. Ele disse que, com o IVA dual, a União não participará da autoridade tributária, que seria gerida apenas pelos Estados e municípios, o que resolveria esse receio.

Gomes também defendeu que a transição entre o ICMS e o IVA ocorra imediatamente, para evitar interpretações divergentes que estraguem o novo sistema e provoquem conflitos. "O ICMS nasceu perfeito lá atrás. Nós destruímos o ICMS ao longo dos

anos", afirmou.

O secretário de Fazenda da Bahia, Manoel Vitório, criticou a proposta de um fundo de desenvolvimento regional para substituir os incentivos tributários de redução do ICMS. "Quando retirarmos a capacidade dos Estados de atração e fixação dos empreendimentos, o que restará? Podemos estar retroagindo na história para ter outros problemas muito graves", afirmou. "Um mero fundo para financiamento empresarial não vai resolver. Não resolve.

Ainda mais um fundo retirando do próprio bolo de divisão", disse.

O deputado Zé Neto (PT-BA) afirmou que a reunião mostrou problemas para a reforma e preocupação com o desenvolvimento regional. "Os Estados estão dizendo que estão todos a favor, que não tem ninguém contra. Mas é preciso aprimorar essas questões relacionadas a gestão e distribuição dos **tributos**", disse. Os secretários terão maratona de reuniões em Brasília para tratar disso. Nesta quarta-feira, encontrarão com Appy.

Na quinta-feira haverá reunião do Comsefaz e, na sexta-feira, do Confaz.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187505?page=1§ion=1>

CNA projeta perdas do agro com proposta de reforma tributária



Renato Conchon, da CNA: "Defendemos a manutenção da competitividade"

Políticas Rafael Walendorff De São Paulo

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) estima que o custo de produção de alguns itens no campo poderá aumentar mais de 20% se a **reforma tributária** for aprovada pelo Congresso Nacional sem um tratamento diferenciado e favorável ao agronegócio. A margem de lucro dos produtores pode ser reduzida em até 95% em um dos casos simulados pela entidade, que indica também repasses nos preços aos consumidores e encarecimento dos alimentos na ponta.

Ontem, durante audiência pública do grupo de trabalho da Câmara dos Deputados que analisa a **reforma tributária** a entidade pediu que o texto da proposta leve em consideração as peculiaridades de cada segmento. O setor agropecuário tenta vencer resistências do governo. Uma das principais é do secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para o assunto, Bernard Appy.

Também ontem, em entrevista a uma rádio gaúcha, ele disse que "alguns setores, provavelmente, terão algum tratamento favorecido", sem especificar quais.

Uma das atividades que devem sentir o maior impacto da **reforma tributária** no consumo, segundo levantamento da CNA, é a pecuária leiteira. Na região de Chapecó (SC), os produtores de leite podem ter

aumento de 21,3% nos custos e redução de 94,3% na margem, diz a entidade.

Cenário semelhante ocorre na produção de soja e milho em Cascavel, no oeste do Paraná.

Com a **reforma tributária**, os cálculos da CNA é que os custos dessas lavouras aumentem até 16,2% na região e que as margens brutas dos agricultores caiam 66,2%.

Também há previsão de aumento de custos, de 12,7%, na produção de arroz em Camaquã (RS), de 21,6% no cultivo de batata em Mucugê (BA), de 18,5% nos cafezais de Guaxupé (MG) e de 19,6% no plantio de feijão em Guarapuava (PR).

A CNA também prevê quedas de 65,3% nas margens de lucro dos arrozeiros, de 28,8% dos produtores de batata, de 26,4% dos cafeicultores e de 31,6% dos produtores de feijão nas regiões indicadas.

Renato Conchon, coordenador do Núcleo Econômico da CNA, apresentou os dados na Câmara.

Segundo ele, se todos os produtores rurais forem obrigados a pagar uma alíquota única do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), o recolhimento de **impostos** da agricultura poderá subir 875% , na pecuária, de 783,3%, e nos setores florestal e pesca, de 230,8%. Na média, os setores primários do campo pagariam 643,8% a mais de **tributos**.

"A gente não defende nenhum benefício em detrimento a qualquer setor econômico, defendemos a manutenção da nossa competitividade", disse Conchon.

A entidade reforçou ser contra a obrigatoriedade da contribuição ao IBS pelas pessoas físicas.

Segundo a CNA, a medida vai aumentar a burocracia e custos dos micros e pequenos empreendedores rurais.

Com base nos dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) de 2017, a CNA estimou que existem 4,46 milhões de estabelecimento agropecuário que faturam até R\$ 10,9 mil por mês em valores atuais. O público representa

90% dos produtores que seriam afetados pela medida, diz a CNA.

Nos cálculos da entidade, a cesta básica deve ficar 22,7% mais cara com a nova tributação e a **inflação** deve subir um ponto percentual em até um ano e 1,8 ponto percentual no longo prazo. Por isso, a entidade pede a manutenção da desoneração da cesta básica e da carga tributária setorial e global. A confederação defende ainda que o imposto seletivo não deve incidir sobre alimentos ou insumos. A premissa número um do setor, contudo, é conseguir tratamento diferenciado, com alíquotas específicas para cada segmento.

A bancada ruralista demonstrou ser favorável ao texto da Proposta de Emenda à Constituição 46/2022, do senador Oriovisto Guimarães (Podemos/PR). O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado federal Pedro Lupion (PP-PR), disse que a proposta é "mais simpática e palatável" para o setor produtivo.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187505>

Banco Central reitera, em ata, política de linha dura monetária no país

Rosana Hessel

Em ata divulgada ontem, o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, reforçou os alertas do **comunicado** da última reunião do colegiado, ocorrida na semana passada, quando os diretores do BC decidiram manter, por unanimidade, a taxa básica da economia (Selic) em 13,75% ao ano. O documento detalhou os motivos da decisão, pois as previsões de **inflação** continuam piorando, ou seja, as expectativas estão desancoradas, no jargão do Comitê, que não deu data de quando pretende reduzir os juros.

Ao longo de sete páginas, o Copom manteve a porta aberta para uma eventual alta da Selic e deu uma série de alertas ao governo - que ainda mantém pressões para que o BC inicie a redução dos juros sob a justificativa de que a economia está desacelerando.

Entre os recados, destacam-se a observação da necessidade de harmonia entre a política monetária e a fiscal; e as incertezas em torno do novo arcabouço, que precisará ser sólido e crível para começar a ancorar as expectativas de **inflação** após sua aprovação pelo Congresso.

O documento divulgado pelo Banco Central demonstrou, ainda, preocupação com medidas para fiscais que devem ser adotadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e por bancos públicos, que podem aumentar as pressões de **inflação** no balanço de riscos do BC. Subsídios para um juro neutro de 4%, como reforça o Banco Central, exigem um custo alto de aportes nesses bancos que não está previsto no Orçamento.

O BC também lembrou que a dinâmica inflacionária é movida por excessos de demanda, inicialmente em bens e que atualmente se deslocou para o setor de serviços, e que, portanto, requer moderação da atividade econômica para que os canais de política monetária atuem. Tal processo exige, segundo a autarquia, serenidade e paciência na condução da política monetária para garantir a convergência da **inflação** para a meta.

Nesse sentido, o Copom destacou a piora das projeções do BC e do mercado, acima dos centros das metas de **inflação** para os anos de 2023 e de

2024, de 3,25% e de 3%, com tetos de 4,75% e de 4,5%, respectivamente. No último boletim Focus, as expectativas de **inflação** apuradas pela autoridade monetária subiram para 6%, neste ano, e 4,1%, no próximo ano.

Não à toa, a frase que mais incomodou o governo na semana passada foi mantida. O BC reiterou que não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso o processo de desinflação não transcorra como esperado.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, evitou criticar a ata do Copom. Limitou-se a dizer que, assim como na anterior, os termos foram mais condizentes com as perspectivas de harmonização entre as políticas fiscal e monetária. Em seguida, ao ser questionado no recado ao governo para ter paz e serenidade porque a **inflação** é de demanda, Haddad, afirmou que a autoridade monetária também tem que nos ajudar.

Reunião conclusiva sobre arcabouço

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e sua equipe trabalham com a expectativa de que o novo arcabouço fiscal, que substituirá a regra do teto de gastos, será anunciado ainda nesta semana. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) havia adiado o anúncio para abril, após a visita oficial à China. Mas como a viagem foi adiada, a expectativa é de que o chefe do governo bata o martelo em uma reunião nesta quarta-feira.

Haddad informou, ontem, que prevê uma reunião conclusiva sobre o novo arcabouço fiscal, entre o presidente Lula e os ministros que integram a Junta de Execução Orçamentária (JEO). Ele vai me informar hoje à noite o horário da reunião. Mas é uma reunião conclusiva [sobre arcabouço fiscal], disse Haddad, a jornalistas, ao retornar de uma reunião no Palácio da Alvorada com o chefe do Executivo, após o horário do almoço. Na ocasião, ele adiantou um pacote de medidas de crédito que será anunciado em abril, com revisão nas regras do rotativo do consignado e mudança no limite do comprometimento da renda das famílias.

Mais tarde, em um evento com prefeitos, Haddad reforçou estar confiante de que o arcabouço fiscal será anunciado em breve. Não tenho a menor dúvida de

que a **reforma tributária** é um dos caminhos necessários para isso (crescimento econômico). Não é único. Precisamos de reforma no sistema de crédito, arcabouço fiscal, que vai ser apresentado nesta semana para o público e para o Congresso, disse durante a XXIV Marcha dos Prefeitos.

A equipe econômica ainda trabalha com 15 de abril como data limite para o envio do texto ao Congresso Nacional, a mesma prevista para o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024.

O ministro contou que o arcabouço fiscal foi um dos temas da reunião de ontem com o presidente. Mas, como o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, se ausentou do encontro por motivo de gripe, a decisão ficou para hoje, entre o presidente e a JEO. Além dos titulares da Fazenda e da Casa Civil, a Junta é integrada pelas ministras do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, e pela ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck.

O segundo tema da reunião com Lula foi o empréstimo consignado a aposentados. (Leia mais abaixo). Haddad voltou a falar em mudanças gerais nas regras dos empréstimos consignados, principalmente o rotativo. Ele adiantou também que deverá haver uma revisão no limite de comprometimento da renda das famílias nos empréstimos, que foi ampliado de 30% para 45%, em julho do ano passado para aposentados do **INSS**, e em dezembro para os servidores.

O presidente foi informado de que a Fazenda e a Casa Civil já estão trabalhando na questão do rotativo do consignado para apresentar [a nova regra] no mês de abril, afirmou.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/03/5083633-banco-central-reitera-em-ata-politica-de-linha-dura-monetaria-no-pais.html>

Impostos: Mais da metade dos deputados é a favor de fundir PIS/COFINS, ICMS, entre outros

Por g1*

Mais da metade dos 513 deputados federais eleitos que tomaram posse em 2023 se dizem a favor de uma fusão de **impostos**, que reúna PIS/COFINS, ICMS, entre outros, mostra um levantamento realizado pelo g1:

Tema de campanha presidencial em 2022, a **reforma tributária** é debatida há décadas pelos atores político em Brasília, mas ainda não avançou. Parte das propostas envolve a criação de um imposto único, que reuniria outros **tributos**, como PIS/COFINS e ICMS.

O tema é considerado prioritário pelo governo atual para aproximar as regras brasileiras do resto do mundo e reformar um sistema que é tido como caótico por empresários e investidores. Há propostas sobre o tema já em discussão no Congresso.

Em 2018, o g1 fez um questionamento semelhante aos deputados que tomaram posse na Câmara em 2019. A pergunta feita foi: É a favor da adoção do IVA (Imposto sobre Valor Agregado)? . O IVA foi citado em programas de governo de ao mesmo cinco presidencialistas nas eleições de 2018. Ele é adotado em diversos países do mundo e unifica **tributos** federais, estaduais e municipais para evitar a tributação em cascata.

Já em 2023, a pergunta feita foi mais ampla, mas também tratava da criação de um imposto único, como o IVA: É a favor da criação de um imposto único, que reúna PIS/COFINS, ICMS, entre outros atualmente existentes? .

Veja abaixo como as respostas mudaram de uma legislatura para a outra:

Entre os dias 1º de dezembro e 24 de março, o g1 aplicou aos deputados um questionário sobre 18 temas que deverão constar da pauta de debates legislativos.

Todos os 513 deputados foram contatados - 332 (65%) responderam e 181 (35%) não responderam ou prometeram enviar as respostas, mas não o fizeram.

Parte dos deputados respondeu pessoalmente ou por telefone e outra parte por e-mail, aplicativos de mensagens ou por intermédio das assessorias. Todos foram informados de que a divulgação das respostas não será feita de forma individualizada.

Veja aqui o resultado do levantamento.

*Participaram do levantamento: Álvaro Guaresqui; Anaísa Catucci; André Teixeira; Arthur Menicucci; Beatriz Borges; Bruna Miato; Bruno Marinho; Caroline Oliveira; Cau Rodrigues; Clara Velasco; Cláudia Loureiro; Fabrício Santana; Felipe Grandin; Fernanda Berlinck; Fernando Zuba; Filipe Matoso; Gabriela Clemente; Gioras Xerez; Gustavo Chagas; Gustavo Moraes; Iolanda Paz; Jhonathan Oliveira; John Pacheco; José Câmara; Juliene Moretti; Laura Moura; Léo Nicolini; Luiz Felipe Barbiéri ; Mariana Garcia; Marina Pinhoni ; Matheus Arruda; Moreno Capellanes; Pâmela Ramos; Patrícia Cunha ; Pedro Alves Neto; Rafaelle Fróes; Rede Mirante; Suellen Fernandes; Taymã Carneiro; Tiago Aguiar; Victor Cinzento; Victor Farias; Vitor Matos e Vinícius Cassela.

Site:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/03/29/impostos-mais-da-metade-dos-deputados-e-a-favor-de-fundir-piscofins-icms-entre-outros.ghtml>

'Briga' expõe insatisfação de Lira com 'privilégios' constitucionais do Senado

Brasília

**/
Camila Costa, do R7, em Brasília**

Perto de completar dois meses, a briga entre Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG) tem como plano de fundo a insatisfação do presidente da Câmara com a quantidade de "privilégios" constitucionais que o Senado tem. É o que dizem fontes ouvidas pelo R7 no Congresso. A disputa impede o retorno das comissões mistas que analisam medidas provisórias.

Os senadores são responsáveis, por exemplo, por presidir o Congresso, realizar sabatinas com indicados a ministro do Supremo, aprovar indicações de embaixadores e de diretores de agências reguladoras.

"O sentimento dele [Arthur Lira] é de ser menos privilegiada [a Câmara]. Quando as lideranças [da Câmara] defendem o encerramento das comissões mistas, elas querem manter na Câmara a influência, a prerrogativa de ditar o rito de como as medidas provisórias vão caminhar", disse uma fonte à reportagem.

Sem a instalação das comissões mistas, Arthur Lira é quem está com o poder de ditar quais medidas provisórias serão votadas e quem será o relator dessas matérias. É ele quem está sendo acionado pelo governo federal na hora de negociar aprovações de interesse do Poder Executivo.

Na semana passada, em entrevista coletiva, Lira chegou a citar, em crítica a Pacheco, que a Câmara não tem ministérios e que o Senado é o maior interessado em resolver as comissões mistas porque fez as indicações dos ministros. Nos bastidores, é ventilada uma demanda específica de Lira ao presidente por uma indicação ao Ministério da Saúde.

A busca do presidente da Câmara por mais influência política impõe uma mudança estrutural nas comissões mistas, já que acabar com esses órgãos seria inconstitucional. O presidente briga pelo aumento do número de deputados nas comissões, que hoje trabalham com paridade de cadeiras, sendo 12

parlamentares de cada Casa.

Lira quer mudar essa conta de 1 senador para 3 deputados. Pacheco esteve com o presidente Luis Inácio Lula da Silva (PT) nessa terça-feira (28) para achar uma saída para o impasse. Apesar de dizer que buscará o "consenso", Pacheco afirmou que dificilmente os líderes partidários vão acatar essa proposta.

A falta de afinidade entre Lira e Pacheco atrapalha o andamento de pautas importantes desde o governo de Jair Bolsonaro (PL). Em novembro de 2011, Lira teve que cobrar publicamente do Senado a votação da reforma do Imposto de Renda (Projeto de Lei 2337/2021). A Câmara já tinha analisado e votado a matéria em setembro, e quase três meses depois, o Senado ainda não tinha pautado o assunto.

Lira não escondeu o desconforto e disse que a atitude de Pacheco quebrava um acordo feito ainda na eleição da Mesa Diretora da Câmara, onde a Câmara votaria a proposta do passaporte tributário, que tramitava no Senado, e os senadores votariam as alterações no Imposto de Renda aprovadas pela Câmara.

"É importante que o Senado se debruce logo, precisamos da previsibilidade da PEC [proposta de emenda à Constituição]. Precisamos das reformas como âncoras para o teto de gastos que votamos lá em 2016/2017 porque, sem a **reforma tributária** e administrativa, não vamos conseguir fazer com que o Brasil tenha perspectiva de despesa controlada", disse Lira na época.

Site: <http://noticias.r7.com/brasilia/briga-expoe-insatisfacao-de-lira-com-privilegios-constitucionais-do-senado-29032023>

Arcabouço fiscal alinha Brasil à OCDE

Por Lu Aiko Otta

Nos governos anteriores de Luiz Inácio Lula da Silva, a possibilidade de o Brasil passar a ser membro da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) estava fora do radar. A ideia de ter um organismo internacional dando pitacos por aqui não agradava.

Nos governos de Michel **Temer** e de Jair Bolsonaro, houve um giro de 180 graus e a acessão à OCDE virou prioridade. A melhoria do ambiente de negócios, apoiada em políticas reunidas por essa organização, assim como pelas atuações do Banco Mundial e do Fórum Econômico Mundial, foi um dos pilares da gestão do ex-ministro da Economia Paulo Guedes. Como resultado da aproximação, em janeiro do ano passado começou formalmente o processo que pode resultar na aceitação do Brasil como sócio.

Proposta quer "dessacralizar" certas despesas

Com a alternância de poder na Presidência, ficou no ar a pergunta sobre como o tema seria tratado. A resposta veio do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele afirmou dias atrás que o Brasil quer, sim, ingressar na OCDE.

Com que empenho, é uma questão em aberto. Não parece haver o mesmo entusiasmo que se via no governo anterior. Tampouco se vê o ranço das passagens anteriores do PT pelo governo.

Pelo que se comenta nos bastidores, trata-se de uma opção pragmática. É a sequência de um processo de acessão que está em andamento e levará alguns anos para estar concluído. E de um alinhamento de ideias que já ocorria naturalmente, em função do que a OCDE se propõe a ser: um centro de conhecimento que permite formular boas políticas públicas.

As duas prioridades do momento na pasta da Fazenda, a **reforma tributária** e o novo arcabouço fiscal, alinham o Brasil ao padrão da OCDE. São esforços de modernização importantes que patinam num ambiente político difícil.

Se o Brasil conseguir instituir um sistema tributário parecido com o da OCDE, estará dando um enorme salto, disse o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, em evento da Arko Advice.

O novo arcabouço fiscal também aproximará a gestão

das contas públicas no Brasil à das economias avançadas, informam técnicos. Muitos países reformaram seus sistemas depois da crise de 2008. Aqui, os esforços nessa direção não avançaram.

O novo marco fiscal, além de estabelecer um horizonte para a trajetória da dívida, virá acoplado a novos instrumentos que buscarão dar um uso mais eficiente aos recursos públicos. Gastar melhor, em vez de gastar mais.

Já está em curso um trabalho de avaliação de políticas públicas. Ao menos em tese, servirá de guia para reformar ou cortar gastos que não estão dando o retorno esperado. E eventualmente liberar recursos para novas prioridades.

É algo que já se tentou outras vezes, sem sucesso. Agora, novamente, fala-se nos bastidores de "dessacralizar" certas despesas, reduzi-las, e abrir espaço para um Orçamento que atenda melhor às necessidades da sociedade.

Difícil. A demora na divulgação do novo arcabouço fiscal dá a temperatura de como essa ideia é mal absorvida no conjunto do governo. Como comentou um técnico, há muitos sonhos povoando a Esplanada dos Ministérios. Nem todos poderão ser realizados.

Outro instrumento que a atual equipe pretende implementar é o orçamento plurianual. A ideia é colocar, na lei orçamentária, projeções para cada despesa nos anos seguintes.

Isso serve não só para dar mais previsibilidade à realização de investimentos públicos, como também para explicitar a capacidade de o Orçamento absorver novas despesas. Ficarà mais visível o quanto o aumento de um determinado programa exigirá sacrifício de outros, para que as contas públicas sigam na trajetória desenhada pelo arcabouço.

Assim, serão necessárias escolhas. Se tudo correr como o planejado, haverá mais números e mais informações para subsidiar a difícil arte de buscar o equilíbrio orçamentário.

As pressões contrárias serão muitas, considerando que o atual governo se elegeu prometendo recompor gastos em diversas áreas. Além disso, a difícil construção da base de apoio no Congresso demandará a liberação de recursos.

Não por acaso, a ata do Comitê de Política Monetária (Copom) diz que o Banco Central acompanhará não só o desenho, mas a tramitação e a implementação do arcabouço fiscal. Esses são pontos de atenção também dos agentes do mercado.

Quanto ao desenho, já se sabe que o arcabouço não trará uma regra draconiana para conter despesas. Os fás do teto de gastos deverão ficar insatisfeitos.

A resposta dos técnicos é que, para ser crível, a regra precisa ser sustentável, inclusive do ponto de vista político. Os sucessivos "furos" no teto de gastos não deixam dúvida quanto a isso.

Por outro lado, é possível que a nova regra não saia tão frouxa quanto apostam os mais pessimistas. Um técnico que se diz fiscalista e está a par da proposta opina que o arcabouço dará conta do recado.

A tramitação da proposta da nova regra fiscal no Congresso Nacional é outro ponto de dúvida. À falta de uma base suficientemente ampla de apoio ao governo somou-se a disputa entre os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), em torno das medidas provisórias (MPs). Boa parte do pacote anunciado por Haddad em janeiro está em proposições desse tipo, que ainda aguardam votação. O arcabouço, um projeto de lei complementar, é difícil de ser aprovado por um governo com poucos votos. Exigirá maioria absoluta dos votos na Câmara e no Senado. Além disso, como toda proposição legislativa, pode ser modificado.

O arcabouço fiscal procura trazer para o Brasil ideias testadas e aprovadas nos países desenvolvidos para administrar os recursos públicos de forma mais eficaz. Seria muito ruim se esse esforço fosse novamente capturado pelas forças que, há décadas, atuam para deixar tudo do jeito que está.

Lu Aiko Otta é repórter especial. Escreve às quartas-feiras

E-mail: lu.aiko@valor.com.br

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Arcabouço fiscal alinha Brasil à OCDE

Site: <https://valor.globo.com/brasil/coluna/arcabouco-fiscal-alinha-brasil-a-ocde.ghtml>

Grandes bancos são alvo de operação na França

Autoridades da França fizeram, nesta terça-feira (28), operações de busca em cinco grandes bancos por suspeitas de fraude fiscal e lavagem de dinheiro.

Segundo a Procuradoria Nacional de Finanças (PNF), os mandados foram cumpridos em Paris e no distrito financeiro de La Defense, mobilizaram cerca de 150 inspetores e 16 magistrados, e exigiram vários meses de preparação.

O órgão encarregado pela investigação de crimes financeiros afirmou que as buscas aconteceram após a abertura de cinco investigações preliminares, em dezembro de 2021, por suspeita de lavagem de dinheiro e fraude fiscal relacionada ao pagamento de dividendos.

Segundo a promotoria, os bancos alvos da operação usavam uma estratégia na qual acionistas transferiram os papéis por um curto período para investidores estrangeiros, com o objetivo de burlar os **impostos** sobre dividendos e, em alguns casos, obter uma restituição. Depois, esses investidores vendiam de volta as ações para os donos originais, e ambos dividiam o valor poupado com a manobra.

Um porta-voz do banco francês Société Générale confirmou à agência AFP que a instituição foi alvo de uma operação, mas disse não saber o motivo.

De acordo com o jornal francês Le Monde, as sedes do BNP Paribas, do Exane, do grupo financeiro Natixis e do gigante britânico HSBC também foram alvos da operação.

Uma investigação jornalística de 2018, com o título "CumEx Files", realizada por vários meios de comunicação europeus, revelou vários casos de fraude fiscal. Na ocasião, o Le Monde chamou o episódio de "roubo do século."

O título "CumEx Files" faz referência à lista de ações com ("cum", em latim) e sem ("ex") dividendos.

Em 2021, a investigação revelou que a fraude totalizou cerca de 140 bilhões de euros (cerca de R\$ 790 bilhões) em um período de 20 anos.

Quinze países europeus agora buscam reparação. Por anos, centenas de banqueiros, advogados e

investidores teriam sido capazes de escapar da cobrança de 55 bilhões de euros (R\$ 308,45 bilhões) em **impostos**.

Segundo autoridades europeias, a ação faz parte de uma investigação transnacional, que envolve cerca de 1.500 suspeitos em quatro continentes.

A Alemanha teria sofrido o pior desfalque nas contas públicas: 30 bilhões de euros (R\$ 168,25 bilhões). A França fica logo atrás, com 17 bilhões de euros (R\$ 95,34 bilhões) que teriam sido sonegados. Também foram afetadas Espanha, Itália, Bélgica, Áustria, Noruega, Finlândia e Polônia, de acordo com a investigação.

O esquema de sonegação ganhou popularidade no começo dos anos 2000, antes da crise financeira de 2008. Nos últimos anos, vários países apertaram a fiscalização para evitar essa fraude, mas deixaram de notificar seus vizinhos.

O advogado Hanno Berger, acusado pelas autoridades alemãs de ser o responsável por arquitetar o calote aos cofres públicos, foi condenado a oito anos de prisão por uma corte em Bonn. Ele era conhecido por sua atuação rígida como auditor fiscal na Alemanha, antes de migrar para a advocacia privada.

Inglaterra e Dinamarca também abriram ações civis e criminais para julgar essa mesma estratégia de sonegação, colocada em prática pelo londrino Sanjay Shah. Ele teria desfalcado os cofres públicos em 2 bilhões de euros.

Os promotores franceses incentivaram o público a levar informações sobre o caso na França às autoridades, para dar prosseguimento ao inquérito.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50230&maxTouch=0&_ga=2.267239242.57140034.1679894828-

[1380897342.1635735907&_gl=1*yh1xgn*_ga*MTM4MDg5NzM0Mi4xNjM1NzM1OTA3*_ga_RY1LTN28TR*MTY4MDA2NzYwMCAxOTUuMS4xNjgwMDY3NjE0LjQ2LjAuMA..&_mather=5177e42f3b1821e2](https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50230&maxTouch=0&_ga=2.267239242.57140034.1679894828-1380897342.1635735907&_gl=1*yh1xgn*_ga*MTM4MDg5NzM0Mi4xNjM1NzM1OTA3*_ga_RY1LTN28TR*MTY4MDA2NzYwMCAxOTUuMS4xNjgwMDY3NjE0LjQ2LjAuMA..&_mather=5177e42f3b1821e2)

Regra fiscal ajuda, mas anúncio não tem relação direta com juro, afirma BC

Nathalia Garcia

Uma regra fiscal "sólida e crível" pode ajudar no processo de desinflação ao produzir efeitos nas expectativas, embora a apresentação do novo marco não tenha relação direta e imediata com a política de juros, afirmou o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central conforme ata divulgada nesta terça-feira (28).

Em meio à pressão do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pela redução dos juros, o colegiado do BC falou duas vezes no documento sobre a necessidade de ter "serenidade e paciência" ao longo do processo e fez acenos ao Ministério da Fazenda.

"O comitê destaca que a materialização de um cenário com um arcabouço fiscal sólido e crível pode levar a um processo desinflacionário mais benigno através de seu efeito no canal de expectativas, ao reduzir as expectativas de inflação, a incerteza na economia e o prêmio de risco associado aos ativos domésticos", disse.

Segundo o BC, o desenho, a tramitação e a implementação do marco fiscal que será apresentado pelo governo e votado no Congresso continuarão sendo acompanhados. "O Copom enfatizou que não há relação mecânica entre a convergência de inflação e a apresentação do arcabouço fiscal, uma vez que a primeira segue condicional à reação das expectativas de inflação, às projeções da dívida pública e aos preços de ativos", ponderou.

Na última quarta-feira (22), o BC não cedeu à pressão pela redução dos juros, contrariou Lula e manteve a taxa básica (Selic) em 13,75% ao ano.

Embora tenha mantido o alerta no trecho final do documento sobre a possibilidade de voltar a elevar os juros caso o processo de desinflação não transcorra como esperado, o BC fez eco ao discurso do ministro Fernando Haddad (Fazenda) sobre harmonia entre as políticas monetária e fiscal e seus efeitos positivos.

"O comitê reforçou que a harmonia entre as políticas monetária e fiscal reduz distorções, diminui a incerteza, facilita o processo de desinflação e fomenta o pleno emprego ao longo do tempo", disse. "Nesse aspecto, o comitê reforça a importância de que a

concessão de crédito, público e privado, se mantenha com taxas competitivas e sensíveis à taxa básica de juros."

O Copom mostrou preocupação com a possível retorno da política de crédito subsidiado e mandou recado ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), ainda que não tenha citado a instituição explicitamente.

"Ao avaliar os fatores que poderiam levar à materialização de cenário alternativo caracterizado por uma taxa de juros neutra [que não estimula nem contrai a economia] mais elevada, enfatizou-se a possível adoção de políticas parafiscais expansionistas, que têm o potencial de elevar a taxa neutra e diminuir a potência da política monetária, como já observado em comunicações anteriores do Comitê", disse.

O colegiado do BC destacou ainda que o processo de desinflação requer "serenidade e paciência" na condução dos juros, uma vez que a dinâmica movida por excesso de demanda se deslocou para o setor de serviços.

"Observa-se assim uma dinâmica inflacionária movida por excessos de demanda, inicialmente em bens e que atualmente se deslocou para o setor de serviços, e que, portanto, requer moderação da atividade econômica para que os canais de política monetária atuem", disse.

"Tal processo demanda serenidade e paciência na condução da política monetária para garantir a convergência da inflação para suas metas."

Nesta terça, Haddad disse que a ata do Copom "veio com termos mais condizentes" que o **comunicado** divulgado logo após o encontro, classificado pelo ministro na ocasião como "muito preocupante".

"Acredito que [a ata] está em linha com o **comunicado**, mas da mesma forma que aconteceu no Copom anterior, a ata com mais tempo de preparação veio com termos que eu diria mais condizentes com as perspectivas futuras de harmonização da política fiscal com a política monetária. Que é o nosso desejo desde sempre", disse o ministro.

A decisão do colegiado do BC e o tom duro do **comunicado** da última semana foram alvo de críticas do presidente Lula, que disse que "a história julgará" as decisões do BC, e de membros do primeiro escalão do governo.

A ministra Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) disse na semana passada que esperava uma ata "imparcial e justa com o Brasil" e que era preciso aguardar. Já nesta segunda-feira (27), véspera da divulgação do novo documento, ela afirmou que o **comunicado** mandou um recado equivocado.

Sua crítica pública se somou ao comentário do ministro Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais), que classificou a Selic em 13,75% ao ano como "desproporcional".

A presidente do PT, Gleisi Hoffmann (PR), chegou a ir às redes sociais questionar, de forma retórica, se o presidente da instituição, Roberto Campos Neto, não entendeu o "compromisso" dele com o Brasil. As centrais sindicais também reagiram de forma negativa.

Ao analisar a conjuntura internacional na ata, o BC ponderou que a crise bancária nos Estados Unidos e na Europa tem, até o momento, efeito limitado sobre a economia brasileira.

"Desde a última reunião do Copom, houve a liquidação de alguns bancos regionais nos Estados Unidos e a fusão de dois bancos suíços de grande porte, com aumento das preocupações em torno do sistema bancário nas economias centrais", disse o BC em referência ao colapso do SVB (Silicon Valley Bank) e outras instituições e à compra do Credit Suisse pelo UBS.

"O comitê seguirá acompanhando de forma atenta essa situação, analisando os possíveis canais de contágio, mas avalia que o impacto direto sobre os sistemas financeiros doméstico e de outros países emergentes é, até o momento, limitado, sem mudanças na estabilidade ou na eficiência desses sistemas financeiros."

Quanto ao cenário de crédito no país, os participantes do Copom expressaram opiniões divergentes. Para alguns membros, "deve-se esperar ainda um aumento da inadimplência e uma desaceleração na concessão do crédito". Já outros observam que "o aperto nas concessões de crédito foi mais intenso do que o esperado, mas focalizado em alguns mercados específicos".

Para analistas, Copom reforça posição contra reduzir Selic agora

Lucas Bombana

A ata da reunião do Copom reforçou, na avaliação de economistas do mercado, uma postura firme da autoridade monetária contra o início do corte de juros antes de as condições consideradas necessárias serem alcançadas, principalmente a ancoragem nas expectativas de **inflação** e uma nova regra fiscal crível.

Na avaliação da economista-chefe do Inter, Rafaela Vitória, a ata do Copom foi ainda mais dura que o **comunicado** da semana passada e não abre espaço para o início do corte de juros a curto prazo.

Segundo a especialista, o comitê colocou bastante ênfase nas expectativas de **inflação**, que seguem desancoradas e refletem um cenário de juro neutro maior, principalmente devido ao risco de expansão fiscal.

"A ata menciona o risco de políticas para fiscais, que seria a volta de subsídios do BNDES, e o impacto na Selic, que teria que ficar mais alta por mais tempo, devido à perda de alcance da política monetária."

Na leitura da economista-chefe do Inter, um corte de juros em junho, que é o cenário base com o qual o banco trabalha, está mais improvável e vai depender da evolução dos indicadores até lá.

Estrategista-chefe da Warren Rena, Sérgio Goldenstein diz que a ata reforçou o tom "hawkish" (mais propensa a um aperto monetário mais agressivo).

"Fica claro que a estratégia preferencial é a adoção de uma política monetária restritiva por um período longo", afirmou Goldenstein, que alterou a projeção para o início do ciclo de relaxamento monetário de junho para agosto, com a taxa Selic chegando a 11,5% no fim de 2023.

O estrategista acrescenta que a estimativa considera como premissa que ocorra uma redução relevante dos riscos fiscais e para fiscais, o que permitiria uma apreciação da moeda e uma reancoragem das expectativas de **inflação**.

Economista-chefe da Ativa Investimentos, Étore Sanchez vai na mesma linha e diz que a ata mostrou-se bem alinhada com o tom duro do **comunicado** da semana passada.

"Ainda que o Copom tenha se mostrado sensível à queda na concessão de crédito, ao emprego e também às iniciativas fiscais do governo, a autoridade foi clara ao afirmar que tudo isso deverá se refletir nas

expectativas de **inflação**", afirmou Sanchez.

Eco no mista-chefe da Mirae Asset Wealth Management, Julio Hegedus Netto diz que a ata não trouxe novidades em relação ao tom do **comunicado** da semana passada. "Não faria sentindo uma mudança de tom, até porque os problemas continuam aí."

O ponto central, prossegue o economista-chefe da Mirae Asset, é que não há certeza sobre a sustentabilidade fiscal do governo, o que justifica a postura mais dura da autoridade monetária.

Bolsa sobe e dólar cai após divulgação de documento

A Bolsa avançou 1,52%, para 101.185 pontos, e o dólar recuou 0,8%, para R\$ 5,165, em resposta à ata do Copom. Segundo analistas, apesar de adotar um tom duro, o documento trouxe sinalizações do BC de que, se bem elaboradas, as novas regras fiscais podem ajudar a melhorar as expectativas de **inflação**, ea partir daí, abrir espaço para corte na Selic. No mercado de juros, mo contratos para janeiro de 2024, as taxas passaram dos 13,05% do fechamento de segunda

(27) para 13,14%. Para janeiro de 2025, os juros subiram de 11,88% para 11,97%. No vencimento em janeiro de 2027, a taxa fechou estável em 12,14%.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50230&maxTouch=0&_ga=2.267239242.57140034.1679894828-1380897342.1635735907&_gl=1*yh1xgn*_ga*MTM4MDg5NzM0Mi4xNjM1NzM1OTA3*_ga_RY1LTN28TR*MTY4MDA2NzYwMC4xOTUuMS4xNjgwMDY3NjE0LjQ2LjAuMA..&_mather=5177e42f3b1821e2

Taxa básica de juros

Em % ao ano



Fontes: Bloomberg e Banco Central

Indústria defende aumento de até 5,6% em remédios, a partir de abril

RENATA OKUMURA

Os preços dos medicamentos no Brasil devem subir até 5,6% a partir de abril, de acordo com projeção do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma) divulgada nesta segunda-feira.

Calculado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), órgão ligado à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o índice de reajuste anual de preços de medicamentos, que ainda será anunciado, se baseia em uma fórmula cujo principal fator é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado em 12 meses até fevereiro. "Esse índice de reajuste repõe as perdas com a **inflação** e os aumentos de custos de produção. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a **inflação** acumulada entre o período de março de 2022 e fevereiro de 2023 é de 5,6%", afirma o Sindusfarma.

A entidade justificou que o último ano foi bastante atípico para a indústria farmacêutica. "Numa frente, os efeitos per sistentes da pandemia de SARS-CoV-2 afetaram a produção e impulsionaram os preços de IFAs (insumos farmacêuticos ativos, cotados em dólar); na outra, a Guerra da Ucrânia manteve os gastos com logística em patamares muito altos", disse em nota.

EM 10 ANOS. Por isso, mesmo reajustando preços pelo índice autorizado ou sendo obrigadas a reduzir descontos em alguns produtos, várias indústrias farmacêuticas fecharam o balanço de 2022 com margens reduzidas, de acordo com a entidade. De 2012 a 2022, a **inflação** geral somou 90,24%, ante uma variação nos preços dos medicamentos de 76,79%, segundo o Sindusfarma.

Além do IPCA, a recomposição anual da tabela de Preços Máximos ao Consumidor (PMC) de medicamentos é calculada por fórmula estabelecida pela CMED, que também considera a produtividade da indústria farmacêutica e os custos de produção não captados pelo IPCA, como variação cambial, tarifas de eletricidade e variação de preços de insumos. Conforme a entidade farmacêutica, o órgão interministerial responsável pela regulação do mercado de remédios no Brasil se reúne na sexta.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

BC ainda não vê motivos para reduzir os juros (Editorial)

O governo de Lula pode continuar com seu discurso agressivo contra a política monetária do Banco Central, destinado a uma batalha inócua. Apesar de considerarem duros os dois últimos comunicados e atas do Copom, e encará-los como uma afronta, o fato é que desde setembro, ininterruptamente, todos esses documentos indicam que o Comitê "não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso o processo de desinflação não transcorra como esperado". A repetição da frase na primeira reunião do ano, sob novo governo, pode ter soado como uma agressão inesperada, mas foi apenas a continuidade esperada da política de aperto monetário.

Pelo conteúdo, a ata aponta que as expectativas de **inflação** pioraram e que a desinflação será agora mais lenta do que no início do ciclo de aumento dos juros. Não há diferença de grau em relação à ata anterior. Em termos de forma, ela até faz mesuras para o governo, sem deixar de apontar que políticas fiscais expansionistas obviamente são contraditórias com políticas monetárias contracionistas, pioram as expectativas e tornam mais custosa a queda da **inflação**.

No entanto, o BC preferiu desta vez salientar o lado positivo de um regime fiscal sólido e crível, em vez de ressaltar todos os efeitos negativos caso isso não ocorresse, como fizera. É a mesma coisa, mas escrita com prudência para não melindrar nervos sensíveis da administração petista. Não adiantou de todo. A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, esbravejou: "O Brasil que se dane, segundo o Copom", escreveu no Twitter. "E ainda fazem chantagem sobre regra fiscal".

A ata ressalta que tanto no cenário de referência, feita com os números contidos no boletim Focus, quanto no alternativo, de manutenção da taxa de 13,75% pelo período relevante, as projeções de **inflação** se elevaram em 2023 e 2024. No primeiro caso, foram de 5,6% e 3,4% para 5,8% e 3,6%. No segundo, de 5,5% e 3,1% para 5,7% e 3,3%. Dessa forma, a **inflação** projetada para o ano que vem começa a se desgarrar, ainda que suavemente, do centro da meta.

O balanço de riscos não se alterou muito. Entre os fatores que podem pressionar para cima a **inflação** saiu o hiato do produto mais fechado que o esperado e entrou a "desancoragem maior, ou mais duradoura" das expectativas de **inflação**. Entre os que poderiam

reduzir a **inflação** além do esperado, deixou de ser mencionada a manutenção dos cortes de **impostos** e passou a contar uma desaceleração do crédito "maior do que seria compatível com o atual estágio do ciclo de política monetária".

O balanço de riscos segue equilibrado, mesmo com o BC apontando que o cenário externo se deteriorou e que o impacto dos problemas de alguns bancos nos EUA e Europa sobre o crescimento e condições financeiras são "incertos, porém têm viés negativo". Esses pontos se alinham com o de que "a sinalização majoritária entre as autoridades monetárias é de um período prolongado de juros elevados". O BC pareceu dar menor peso à decisão do Banco Central Europeu e do Federal Reserve de indicarem que o ciclo de aperto pode estar chegando ao fim. Como a decisão do Fed ocorreu no mesmo dia da reunião do Copom, este dado pode não ter sido considerado.

A principal discussão sobre o balanço de riscos, porém, foi entre "uma maior desancoragem das expectativas de **inflação** para prazos mais longos" e, de outro lado, uma "redução mais abrupta da concessão de crédito doméstica ou global impactando a atividade econômica". Alguns membros do BC apontaram que, ao contrário da redução esperada pelo aperto monetário, ela foi mais intensa no período recente, "ainda que focalizada em mercados específicos".

O BC, por outro lado, acrescentou o desenho de dois movimentos na queda de **inflação**, deixando claro - o diagnóstico do governo é outro - que o que impulsiona os preços é o "excesso de demanda". Indicou mais uma vez que a harmonia entre políticas fiscal e monetária reduzirá as incertezas e acelerará a desinflação e que, para isso "a concessão de crédito, público e privado" tem de se manter com "taxas competitivas e sensíveis à taxa básica de juros"-uma sugestão aos que pensam em reviver subsídios.

O compromisso com a execução de um pacote fiscal e a reoneração dos combustíveis atenuou os estímulos de demanda, segundo a ata, e reduziu "o risco de alta da **inflação** no curto prazo". O novo regime fiscal, se bem desenhado, pode mudar a curto prazo a chave do aperto monetário, o que ainda não está nas cogitações do BC.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187505>